

ACTA N.º 06/2007

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes: Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, substituído por Manuel Costa Santos Secretário da Junta, Felisberto Ferreira Gonçalves, substituído por António Pereira Fernandes, Paulo Pedro Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, substituído por Ventura Rolo Tomás Secretário da Junta, Lino Pereira Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, substituído por Joaquim Lains Pinheiro Tesoureiro da Junta, José Vieira Alves Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, substituído por Luís Carlos Costa Maria Secretário da Junta, Sofia Carreira Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, substituída por Suzel Eduarda Santos, João Faria Cunha substituído por Firmino Fonseca, Walter José dos Santos substituído por Céline Lampreia Pinheiro, Carlos Gomes Luso substituído por Nuno Santo, Francisco do Rocio Francisco substituído por Manuel Carreira Gaspar e Ana Cristina Branco 2º Secretário da Mesa, substituída por Maria Clara Guilherme Monteiro.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Raul Miguel Castro, Vítor Lourenço, Ricardo Figueirinha, Fernando Carvalho, Lucinda Gaspar, Neusa Magalhães e Carlos Martins.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados: Paulo Reis e Maria Manuela Santos, 1º e 2º Secretários da Mesa respectivamente.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;
2. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2008 - Apreciação, discussão e votação;
3. XXI MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2007 – Para conhecimento;
4. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2008 E OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA PARA 2008/2011 – Apreciação e votação;
5. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2008 E OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA 2008/2011 – Apreciação e votação;
6. PARECER DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DA INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE COMERCIAL DE DIMENSÃO RELEVANTE EM LEIRIA - Discussão
7. ALTERAÇÃO DO OBJECTO EM PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DO SOUTO DA CARPALHOSA – Apreciação, discussão e votação;
8. ALTERAÇÃO DO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE COLMEIAS –Apreciação, discussão e votação;
9. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação;
10. PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO ARTIGO 16º DO REGULAMENTO SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DIVERSAS (SEGURO DA ACTIVIDADE DE GUARDA-NOCTURNO). – Apreciação, discussão e votação;
11. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO DA CIDADE DE LEIRIA - ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE – Apreciação, discussão e votação;
12. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 1/05 - JOFIMOL - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS DE LEIRIA, SA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM - Apreciação, discussão e votação;
13. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DE ALMOINHA GRANDE – Apreciação, discussão e votação;

- 14.REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PORMENOR AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LEIRIA– Apreciação, discussão e votação;
- 15.CONTRATO-PROMESSA DE PERMUTA ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E JOSÉ MÁRIO MARTINS DIAS – Apreciação, discussão e votação;
- 16.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA FIXADA NA ESCRITURA QUE TITULOU A VENDA DO PRÉDIO MISTO SITO EM PORTELA, FREGUESIA E CONCELHO DE LEIRIA (ANTIGO CONVENTO DA PORTELA) E TERRENOS ADJACENTES, PELO MUNICÍPIO DE LEIRIA À PROVÍNCIA PORTUGUESA DA ORDEM FRANCISCANA.- Apreciação, discussão e votação;
- 17.Lista de candidatos ao cargo de juiz social, para intervir em causas da competência dos tribunais de menores, na comarca de Leiria – Apreciação discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos!

Dou as boas vindas a esta última Assembleia Municipal deste ano de 2007 e por essa razão, aproveito já para desejar em meu nome e em nome da Mesa, um Natal muito feliz e um Ano Novo próspero, com muita saúde, com muita riqueza material e espiritual para todos.

Como sabem, temos uma ordem de trabalhos muito extensa. Espero e peço a compreensão de todos para que ela possa decorrer de um modo prático, sem grande confusão e sobretudo expedito, porque se não nós não conseguiremos terminar os nossos trabalhos. Se não concluirmos hoje a ordem de trabalhos, teremos que a continuar amanhã à noite, e eu penso que isso não é do interesse de ninguém, mas teremos que o fazer se for caso disso.

De seguida gostava de informar-vos que a 2ª secretária da Mesa, a senhora deputada Cristina Branco, não vai poder estar presente. Recebi um pedido de justificação de escusa e por essa razão pedia à senhora deputada Maria Manuela Santos, que exercesse hoje o cargo de 2º secretário da Mesa.

No final deste período darei conta da correspondência nomeadamente, das ausências e respectivas substituições. Antes disso, por uma questão administrativa e organizacional, gostaria de dar a oportunidade de intervenção a quatro munícipes que oportunamente pediram para ser ouvidos.

Tal como tem sido hábito e com o vosso beneplácito, tem sido feito no início das sessões. Porém, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, que por caso também comemora hoje o seu aniversário e por esse motivo gostaria de se reunir com a sua família, pediu permissão à Mesa para fazer uma pequena intervenção, porque terá que se ausentar antes do final da sessão. Pelo que, vamos fazer aqui uma pequena alteração em termos de períodos de intervenção, isto é, começaremos pelo período de antes da ordem do dia, depois o período de intervenção do público e depois voltaremos a este período. Peço desculpa mas penso que esta é a melhor maneira de nos organizarmos. Faça favor senhor deputado António Febra e já agora aproveite para lhe dar os parabéns em meu nome e em nome desta Assembleia e desejar-lhe as maiores felicidades.

DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA(Presidente da Junta de Freguesia de Maceira)

Boa noite.

Em primeiro lugar agradeço ao senhor Presidente por ter atendido o meu pedido, também quero desejar a todos um Natal feliz, com muita saúde. E precisamente por estarmos nesta quadra natalícia, gostava de fazer um apelo a esta Assembleia, que é o seguinte:

Todos nós sabemos que o Mundo e principalmente Portugal, que é o que nos toca mais, está a atravessar uma crise demasiado grande para que seja ignorada. Portugal devido ao fenómeno da globalização está um pouco mais pobre, existem cada vez mais pessoas muito carenciadas, e fazia um apelo porque há muitas injustiças. Eu dou dois exemplos:

As taxas que nos são cobradas e nós pagamos porque podemos, até não nos faz grande diferença, mas existem outras pessoas, muito carenciadas, nomeadamente na minha freguesia e certamente nas restantes freguesias, que não têm possibilidade de acompanhar aqueles valores, e o apelo que eu faço, é para que os responsáveis, principalmente a Câmara Municipal, que tem vindo a corrigir as taxas de acordo com aquilo que entende, só que há pessoas prejudicadas, principalmente os mais pobres. Há taxas que são proporcionais ao consumo, os mais carenciados têm mais filhos e se calhar têm um maior consumo de água com as lavagens, gastam mais água e por isso pagam taxas mais elevadas do que eu por exemplo, que tenho um furo e gasto mais água do furo. Logo aí é uma injustiça, dado que tenho uma condição de vida melhor e pago menos água de que aquelas pessoas.

07-12-20 AM

A outra questão que gostaria de falar é sobre a dificuldade de ligação à rede de saneamento. Todos nós apelámos ao saneamento e realmente aqueles que podem fazer as ligações, mas os mais carenciados não o fazem e porquê? Porque não podem! Não tem possibilidades económicas para o fazer, muitos deles ganham cerca de 200 euros por mês e têm agregados familiares muito vastos, embora e diga-se em abono da verdade, os SMAS e a Câmara Municipal têm facilitado o pagamento através de prestações, mas mesmo assim é insuficiente. Julgo que deveríamos pensar neste assunto seriamente e estamos na quadra indicada para isso, porque se trata de uma questão de justiça, nem que se tenha de dividir as taxas por igual. Eu sou de opinião que, por exemplo, uma pessoa que ganha 300 euros por mês não deveria pagar nenhuma taxa, estes custos deveriam ser escalonados.

Há um outro assunto que, apesar de não ser o momento indicado para falar nele, mas tenho sido muito pressionado pelos habitantes de certas aldeias da Maceira, e sabendo que acontece o mesmo com outras duas ou três freguesias, estou a referir-me ao caso da Valorlis. Hoje como disse, não seria propriamente a altura ideal para questionar esse assunto, mas tenho que o fazer porque tenho sido constantemente abordado e de certa forma molestado. Há três freguesias que pediram uma providência cautelar por causa da questão do incumprimento do acordo entre os Municípios e a Valorlis, talvez tenhamos sido mal interpretados, o nosso advogado é que decidiu que fosse contra a Câmara, mas fizemo-lo no sentido até de ajudar a Câmara, já que nesta Assembleia por diversas vezes foi aprovado o cumprimento do acordo. Esta é uma questão que gostaria de deixar à senhora Presidente, que me desculpe, mas tenho que lhe fazer esta pergunta porque foi aqui sempre dito que o acordo teria que ser cumprido e faço aqui uma citação "E quando forem chumbadas as providências cautelares, (injustamente, o futuro o dirá, foi dito pela senhora Presidente a um jornal) nessa altura fez-se justiça ". Portanto senhora Presidente, o povo de Maceira exige que eu leve daqui hoje uma resposta sua àquelas declarações. Antes de terminar, gostava de deixar aqui umas breves palavras em jeito de poema, para que ninguém fique magoado comigo:

" Se passares um ribeiro de lágrimas de um teu amigo, ajudas a enxugar porque o poderás ajudar...".

Obrigado e um bom Natal a todos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado, votos de uma noite feliz.

Ora bem, vamos então dar agora a oportunidade de intervenção aos elementos do público e pedia-lhes alguma contenção, já que temos quatro inscrições. Vamos estabelecer um limite de cerca de cinco minutos para cada um, apelando desde já ao seu poder de síntese.

A primeira pessoa que pediu foi o senhor Francisco Almeida que pretende falar sobre o Centro Histórico. Está presente? Faça favor!

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

FRANCISCO BORGES DE ALMEIDA (MUNÍCIPE)

Boa noite!

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Membros da Assembleia, Vereação Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores!

Antes de mais, um voto de agradecimento por me permitirem usar da palavra neste órgão. Uma posição que vem ao arrepio do mau exemplo que tem sido a recusa em ouvir o que temos para dizer, vinda de outras entidades, sejam do poder autárquico ou do poder central. A sucessivos pedidos que fizemos nesse sentido.

O que me traz aqui, com mandato de outros cidadãos moradores no Centro Histórico, é um grito de revolta.

Mais um grito e indignação pela indiferença com que as autoridades vêm tratando a nossa legítima aspiração a podermos viver em sossego no Centro Histórico desta nossa cidade. A podermos descansar, sem sermos incomodados por terceiros nas horas em que legalmente tal é imposto.

Como V.Ex.as sabem, no Centro Histórico de Leiria, que muitos cidadãos escolheram há décadas para residir, deu-se nos últimos anos um fenómeno de proliferação de estabelecimentos de diversão nocturna, nomeadamente Bares. Com regras de funcionamento que, a serem respeitadas, permitiriam conciliar os diversos interesses em jogo, seja o nosso direito a dormirmos em descanso, seja o que leva empresários e utentes da vida nocturna a demandarem esta zona.

As regras existem, e obrigam os donos dos bares a respeitá-las, e as autoridades a fazerem que as respeitem, quer tomando medidas de prevenção, quer agindo com firmeza perante prevaricações.

Infelizmente, pouco ou nada tem sido feito, mesmo depois dos nossos sucessivos protestos, quer perante o Poder Político, Governo Civil e Câmara Municipal, que não se dignaram a receber os signatários, quer perante as autoridades, policiais e porque não, as judiciais.

Sabemos, que a actuação das entidades competentes terá de ser exercida a dois níveis. Primeiro estabelecendo regras, o que bem ou mal está feito, garantindo à partida que os estabelecimentos só são licenciados se derem garantias de as cumprir.

Mas a competência das autoridades não fica por aqui. Segue-se a obrigação de estar permanentemente no terreno a exercer a autoridade, numa questão tão sensível como esta, onde o descambar para a prevaricação é tentação dominante, e onde passado o momento do crime não é fácil carrear a prova.

Senhor Presidente, senhores Deputados Municipais, Vereação:

Nada nos move contra o negócio dos Bares, desde que as regras sejam respeitadas. Tem de haver garantia absoluta de que nenhum estabelecimento, obtenha ou mantenha licenciamento sem que disponha de todos os meios para não incomodar terceiros, nomeadamente no período imediato ao encerramento dos Bares, e por largas horas.

Por onde andarão as autoridades nessas horas? Por onde têm andado V.Ex.as?

A noite como todos sabemos, a não ser bem controlada, conduz a muitos fenómenos de marginalidade, droga, prostituição, "proxenetismo", e outros.

Não podemos cair em alarmismos, mas não vamos fechar os olhos e dizer que não há disso por cá.

Nós próprios já sofremos a violência deste género de marginais, um proxeneta ameaçou-me de morte (caso já em via judicial), e a mulher desse energúmeno também abordou as senhoras que colocaram os seus nomes no abaixo-assinado de que V.Ex.as possuem já um exemplar, ameaçando-as da maneira mais vil que se possa imaginar, sendo essa gente, ditos empresários da noite.

Há processos crime a correr nos Tribunais, mas não basta dizer que o Estado de Direito irá funcionar, é preciso que seja exercida com firmeza a autoridade, para que estas coisas não se repitam. Deixem-nos dormir em sossego e nada mais temos a exigir.

Os meus respeitos e de todos os que represento, lembrando que temos solução para este caso, em que todos ficaremos a ganhar, assim nos queiram ouvir, confirmando

perante vós de que estou disponível para conversar, com a intenção de resolver e não deixar passar o que poderá ser um grave problema futuro da “Noite” no Centro Histórico, podendo tornar mais longo este processo.

Esta intervenção escrita é da responsabilidade de um grupo de cidadãos moradores no Centro Histórico de Leiria, sendo distribuída depois de lida, aos órgãos de comunicação, assim como a todos os líderes dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado por me terem escutado e nesta quadra desejo um bom Natal a todos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

O pedido seguinte é do senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ortigosa, senhor Vítor Manuel Bento Basso. Está presente? Não está!

Passamos ao próximo interveniente, o senhor Carlos Barbeiro, que representa o Movimento Amor Saudável e cuja intervenção versa a questão da futura instalação da ETES na Freguesia de Amor. Faça favor!

CARLOS LOPES (MUNÍCIPE)

Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores Deputados!

Em primeiro lugar uma pequena correcção. Eu sou Carlos Lopes, o senhor Carlos Barbeiro é outra pessoa que também se encontra na sala.

Estou aqui em nome do “Movimento Amor Saudável”. Este movimento nasceu para proteger e ajudar a freguesia a crescer. Como é do conhecimento público, neste momento querem instalar uma ETES, que é uma Estação de Tratamento de Efluentes de Suiniculturas, na Freguesia de Amor. Actualmente Amor tem menos que 1% da produção de suinicultura do distrito de Leiria e as pessoas ficam abismadas como é que tentam levar para lá uma ETES deste tamanho. Em geral, é também do conhecimento público, que cada porco produz por dia em detritos, o equivalente a três pessoas, ou seja, neste momento em Leiria é produzido por dia o equivalente ao distrito do Porto. Não tenho aqui os números correctos mas são duzentas e tal mil pessoas.

Os habitantes ficam indignados, porque havia várias localidades estudadas como é por exemplo o caso dos Milagres, que não pode ter ETES porque está em crescimento urbanístico, mas pode ter um aeródromo que não é urbanístico. A

07-12-20 AM

freguesia dos Milagres é dos maiores produtores e produz cerca de vinte mil porcos. Todos os dados que vos estou a comunicar são dados oficiais, que mais tarde serão publicados e entregues a todas as pessoas presentes.

Os terrenos têm sido comprados à má fé. Como é que alguém compra quarenta mil metros de terreno sem ter projecto, sem ter nada, e ainda por cima a valerem um euro, e estão a ser comprados a dez euros o metro? E quem é a pessoa ou empresa, que neste momento se dispõe a comprar tanto terreno sem ter a certeza que aquilo vai produzir? Esta é outra das situações em que há também provas na freguesia, de como foram adquiridos terrenos. Com chantagens, com pressões e com outras coisas que poderemos deixar para conhecimento e com mesmo muitas fugas à lei e isso também vos posso provar.

Outra coisa que nos intriga muito, é que nos dados da Direcção Geral de Veterinária, a freguesia de Amor no princípio do ano tinha mil e seiscentos porcos. Em dois meses aumentou para cerca de dez mil porcos, as poucas suiniculturas que haviam até fecharam, como é que isto é possível?

Mais! Como é que alguém das pessoas presentes, pode deixar instalar uma ETES junto a um estabelecimento escolar, a cerca de setecentos metros, que tem setecentos e cinquenta alunos, uma escola primária precisamente ao lado com mais de cinquenta alunos, e exactamente a mil e cem metros dos furos de captação da água que abastece Leiria? Como é que é possível em pleno século XXI, alguém ter coragem para apresentar um projecto desta natureza? Além do mais, há estudos geológicos que revelam que há uma falha, está comprovado tecnicamente, donde nasce a água que abastece as Termas. Não bastava as crianças e os alunos serem afectados quanto mais as Termas, que é das poucas coisas boas que ainda temos no concelho.

A forma como o projecto desta ETES tem sido apresentado à freguesia de Amor e a este Movimento demonstra que é um projecto inconclusivo, bem como, neste momento, porque é um processo que já se desenrola há mais de um ano, foi aberto um debate público em época de Natal, que termina logo em Janeiro e que como toda a gente sabe, é dos piores meses do ano para todas as pessoas, quanto mais para debater. Coincidência ou não mas para nós é mais um jeito que estão a fazer.

Além disso, a freguesia acha que quem produz e peço desculpa pelo termo “esta merda” que trate, porque é inadmissível. Tenho aqui vários documentos em que vos posso provar que isso acontece na maior parte das freguesias, como é o caso da

Bidoeira que produz vinte mil porcos, os Milagres vinte e dois mil, as Colmeias vinte e seis mil e assim por aí fora. Tenho aqui os mapas com todos esses dados. Como é que alguém vai instalar uma ETES num sítio que é completamente oposto, porque seria mais barato e mais viável, se isto é um globo, pôr no meio! Se fizessem a estação de tratamento no meio era mais fácil de canalizar e não se gastavam fortunas a canalizar para Amor. E não é só o problema da canalização, é o problema do transporte, embora digam que vai por tubos. Vai haver certamente camiões e não são só dez por dia, porque neste momento o estudo da ETES que foi apresentado às pessoas e ao Movimento, revela que esta estrutura não tem capacidade para tratar a porcária que é produzida diariamente e portanto, vão passar cerca de vinte a trinta camiões por dia carregados com porcária. Isto é uma maneira de nos enganar a todos nós, cidadãos, porque se não tem capacidade não serve para tratar e não servindo para tratar não vai lá fazer nada. Por isso, as pessoas que produzem esses resíduos que o tratem e resolvam o problema na casa deles. Dizem que há vários estudos e eles nunca apareceram. Aliás, tem piada porque os estudos de impacte ambiental existentes são os mesmos de há dois anos.

Gostaria de agradecer a vossa atenção e lançar aqui um convite do Movimento Amor Saudável, a todos os presentes, para um debate público na freguesia de Amor. E em tom de tristeza tenho que dizer que isto é a morte anunciada à freguesia, porque no caso de termos que aceitar uma coisa destas, ninguém nos garante nada sobre os efeitos causados desde os cheiros às porcárias, há estudos técnicos sobre os efeitos causados no solo pelos afluentes e sobre isso haveria muito mais para falar. Gostava que fosse debatido, apresentaria um dossier a todas as pessoas que estivessem presentes nessa eventual reunião, se estivessem com essa disposição, e é mesmo com mágoa que digo – vão matar a freguesia de Amor.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado .

Finalmente o senhor Horácio Táboa!

HORÁCIO TÁBOA (MUNÍCIPE)

Antes de mais boa noite para todos.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Excelentíssimos senhores

07-12-20 AM

Vereadores, Excelentíssimos senhores Deputados, senhores jornalistas, caríssimos leirienses!

Decidi apresentar esta comunicação nesta Assembleia, pois necessito comunicar a este órgão a experiência negativa que vivo, devido ao facto de ter iniciado o meu percurso profissional no nosso concelho, local onde nasci e faço vida. Faço-o, na esperança da vossa ajuda e para que se ganhe a necessária sensibilidade generalizada, que permitirá ultrapassar uma situação difícil identificada e assumida pela generalidade dos responsáveis regionais, mas até agora não resolvida.

Não vos querendo maçar em demasia nesta época festiva, tomo a liberdade de apenas enquadrar alguns dos factos ocorridos nos últimos quatro anos, espaço de tempo coincidente com o início da minha actividade profissional, depois de período de formação académica superior na área da gestão turística e cultural.

Iniciei em 2004 uma empresa em Leiria, também com alvará de animação turística, estando ainda hoje sediada no Centro Histórico da cidade de Leiria. A nossa actividade permite-nos trabalhar legalmente na exploração de actividades lúdicas como culturais, desportivas ou de lazer, em diversas actividades devidamente identificadas pelo decreto-lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro e seguintes.

Desde o início da nossa actividade que estabelecemos contactos com entidades que julgávamos poder contar, para melhor estruturar e desenvolver a nossa actividade profissional aqui na região dado o âmbito da nossa empresa, nomeadamente, empresas, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, colectividades e associações.

Esta nossa dinâmica rapidamente encontrou enormes entraves ao desenvolvimento empresarial, depois de notarmos que as regras de equilíbrio de mercado estavam e estão completamente deturpadas, não existindo tradição de cumprimento da regra base da actividade económica que é a sã concorrência. Esta conjuntura anómala, praticada durante demasiado tempo na nossa região, originou uma dualidade extrema de preços para a prestação de serviços basicamente idênticos, o que compromete hoje totalmente, a evolução e consolidação de qualquer novo conceito comercial responsável que surja. Este desequilíbrio, aparentemente artificialmente suportado existe, pois permite e promove-se, ao ponto de instituições públicas contratarem e promoverem serviços comerciais a instituições que suportam financeiramente, ou então a instituições sem fins lucrativos, que normalmente apresentam preços deslealmente baixos, impossíveis de equiparar pelas instituições com fins lucrativos. Deste facto, no mínimo desleal, impeditivo para o normal

07-12-20 AM

desenvolvimento das empresas que desejam trabalhar na estruturação de actividades de animação turística, demos conhecimento já em 2004 a praticamente todos os responsáveis políticos da região, nomeadamente, Governador Civil, Presidentes de Câmara, Vereadores do Pelouro do Turismo, e obviamente ao Presidente da Região de Turismo de Leiria/Fátima.

Todos concordaram que de facto estes comportamentos devidamente identificados, são desleais e graves, colocando em causa a viabilidade das empresas. Importa pois comunicar, que desde essa data e até hoje, depois de diversas comunicações, reuniões e tomadas de posição também desenvolvidas por entidades com responsabilidade nacional a nível turístico, alertando nomeadamente a nossa Região de Turismo para os efeitos que estes comportamentos têm nas actividades económicas da região, nenhuma alteração foi desenvolvida para pôr cobro a esta situação de manifesto favorecimento público a actividades desleais e ilegais.

Concordarão comigo que, quatro anos de sensibilização e solicitação para resolução do problema, é manifestamente um acto de abertura e razoabilidade que as nossas instituições públicas parece não merecerem, pois de facto, sabemos que, nomeadamente a Região de Turismo Leiria/Fátima, organismo supramunicipal, legitimado principalmente pelas autarquias, tem desenvolvido desde sempre uma acção negligenciadora da nossa actividade profissional, suportando e sugerindo, também através dos postos de turismo, empresas sem alvará ou mesmo sendo mais recorrente, instituições sem fins lucrativos, para o desenvolvimento de actividades de animação turística. Esta posição de favorecimento às actividades não profissionais ilegais, culminou com a retirada da nossa empresa dos suportes promocionais da Região de Turismo Leiria/Fátima, depois de termos apresentando um pedido de suspensão temporário da actividade de animação turística ao Turismo de Portugal IP, até esclarecimento cabal das regras do jogo que neste momento bloqueiam o desenvolvimento da nossa actividade profissional.

Acrescentamos que a nossa empresa foi imediatamente retirada dos suportes promocionais da Região de Turismo Leiria/Fátima, mantendo-se no entanto como oferta profissional turística disponível, todo o manancial de entidades muitas das quais aparentemente sem fins lucrativos, que sabemos, desenvolvem actividades visando o lucro, sendo sugeridas pela nossa Região de Turismo e postos de turismo, para desenvolver actividades profissionais para as quais não se licenciaram nem formalizaram como empresas.

Chamo a vossa atenção para o facto de que a nossa empresa continua a estruturar produto turístico em toda a região, que é depois promovido a nível nacional e internacional em diversos canais promocionais. Esforçamo-nos também por colaborar no desenvolvimento dos recursos regionais, nomeadamente ao nível da planificação e desenvolvimento, tendo já a nossa empresa estruturado uma série de actividades turísticas a nível regional, contando com esses mesmos recursos.

Mais informo, que a nossa empresa teve que comprar alvará no valor de dois mil e quinhentos euros para poder trabalhar na área da animação turística, à imagem de centenas de outras empresas que trabalham neste sector em Portugal, sendo-nos também exigido anualmente pelo Turismo Portugal IP, que apresentemos provas das apólices de seguro obrigatórias, para mantermos a operacionalidade e garantir segurança aos mercados.

Neste cenário, gostaríamos que compreendessem a nossa profunda preocupação ao sabermos que depois de termos investido também para desenvolver o nosso concelho, vemos que o nosso espaço de acção é ocupado por conceitos económicos falaciosos, que se suportam do orçamento público para sobreviver ou então, por vemos repetidamente as nossas propostas serem ultrapassadas por propostas das chamadas "outras actividades", às quais são atribuídos apoios e subsídios plurianuais para existir e investir pelas mesmas entidades que nos solicitam as propostas, não lhes sendo exigido que se constituam como empresas, com tudo o que isso implica, que tenham que comprar alvarás, pagar taxas ou adquirir respectivos seguros para que possam apresentar-se como entidades comerciais responsáveis, que têm produtos e serviços para comercializar em concorrência aberta e leal.

Na expectativa de que compreendam a situação em que estão a colocar a nossa empresa, permitindo e suportando estas situações, solicitamos nesta Assembleia que se proceda e interceda no caminho da justiça, desenvolvimento e equidade, elementos essenciais e decisivos para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho, região e país. Alimentar situações desleais a nível comercial e profissional, ainda que as entidades beneficiadas possam ser merecedoras de outros apoios, são actos irresponsáveis, perigosos, ilegítimos e contraproducentes, beneficiando no limite, apenas aqueles que os promovem.

Agradecendo a vossa atenção e paciência, disponibilizo-me desde já para oportunamente desenvolver quaisquer esclarecimentos, aproveito para vos desejar a todos e às suas famílias uma óptima quadra de Boas Festas 2007. Obrigado.

07-12-20 AM

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado .

Terminámos este período de intervenção do público e vamos dar início ao período de "antes da ordem do dia".

ANTES DA ORDEM DO DIA

Agora que já se encontra toda a gente, renovo os meus votos de festas felizes, cumprimento a senhora Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, cumprimento os elementos da comunicação social e o público presente.

Tal como anunciei no início da sessão, relativamente à correspondência recebida e que consta do resumo que vos foi entregue, fazem parte vários convites para participar em eventos e acuso a recepção, várias cartas dos grupos parlamentares acusando a recepção das moções que foram aprovadas na última Assembleia Municipal, nomeadamente sobre o assunto que respeitava ao traçado do TGV, e também sobre este assunto, recebemos um ofício do gabinete do Ministro das Obras Públicas a acusar a recepção. Gostava de salientar também a recepção de uma carta da Associação Nacional de Municípios, que anexa um parecer do Prof. Doutor Gomes Canotilho, relativamente à taxa de gestão de resíduos e de controle da qualidade da água.

Naturalmente que todos estes documentos estão à vossa disposição para consulta quando assim o entenderem.

Dar informação também sobre os pedidos de escusa de alguns senhores deputados, os quais indicam os respectivos substitutos.

Passamos agora à apreciação e votação da acta da sessão ordinária de 28 de Setembro de 2007. Desta vez não houve problemas de transcrição, a acta está completa e eu pergunto se há alguma sugestão, correcção ou aditamento à acta?

Não havendo, vou colocá-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com quatro abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 28 de Setembro de 2007.

Findos estes passos obrigatórios e elementares, peço aos senhores deputados que estejam interessados em intervir, o favor de se inscreverem.

Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados!
O assunto que aqui me traz é simples. Eu queria propor à Mesa que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem ao nosso colega e amigo José Manuel Verdasca, que faleceu recentemente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Penso que todos estão de acordo, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

(minuto de silêncio)

Tem agora a palavra o senhor deputado Manuel Carvalho, Presidente da Junta Freguesia de Azoia.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Boa noite!

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Cumprimento a Mesa, os senhores deputados, a comunicação social e o público aqui presente.

Recebi um cartão de Boas Festas do senhor Governador Civil, penso que os colegas também receberam, e por ter recebido este cartão de Boas Festas fiz um exercício de memória e quero dizer o seguinte:

Agradeço em primeiro lugar e retribuo. A minha intervenção vem justamente na linha desta mensagem " mortos na estrada vamos travar este drama". Recordo intervenções que fiz em várias Assembleias durante vários anos. Nelas apelava à senhora Presidente da Câmara e também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que com a sua influência, diligenciassem junto das Estradas de Portugal e junto do Ministro da tutela, para avançarem com obras no IC2 na freguesia de Azoia, onde constantemente ocorriam acidentes, muitos deles com gravidade.

Infelizmente, foi na freguesia de Azoia que se verificou durante alguns anos o ponto negro da sinistralidade rodoviária do país. Hoje, ainda não está como gostaria, as obras efectuadas há cerca de cinco anos a esta data, têm causado e continuarão a causar alguns constrangimentos e alguns incómodos à população local. No entanto não é dessa necessidade desses reajustes que hoje quero salientar, entendo que um

Presidente de Junta além de trabalhar, de ouvir e de pedir, também deve saber avaliar, e a avaliação que faço das obras efectuadas e que estão a terminar com a construção de duas rotundas, é muito positivo e gratificante. Sinto-me feliz por verificar que os acidentes graves diminuíram e as mortes praticamente pararam. Agora acredito que pararam de vez.

Quero agradecer aqui publicamente aos três últimos governadores civis que se empenharam para que as obras acontecessem, quero agradecer aos elementos das Assembleias anteriores e desta, a paciência em me ouvirem e a ajuda que alguns deram para que as obras avançassem, quero agradecer à senhora Presidente da Câmara as enormes diligências que fez em Lisboa, a meu pedido, para que aquelas obras avançassem e de facto que o drama em Azoia parasse.

Também agradecer ao senhor Presidente da República da altura, Dr. Jorge Sampaio, que esteve propositadamente em Azoia e que deu um grande contributo para que as obras fossem uma realidade.

Finalmente desejar, para que circulem em Azoia com segurança, um Feliz Natal e um Bom Ano Novo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Fernando Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Pousos.

DEPUTADO FERNANDO ANTUNES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DOS POUSOS)

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados municipais, caros colegas Presidentes de Junta, imprensa, membros da comunicação social, a todos boa noite!

Eu vou deixar na Mesa uma moção sobre o IC36, julgo que já todos ouviram falar deste assunto, e portanto passaria a ler a moção:

MOÇÃO

Considerando que:

- O traçado previsto pelo EP divide a freguesia e a localidade dos Pousos em claro prejuízo destas e das suas populações. Mais claramente divide a zona de equipamentos (cemitério, zona desportiva, etc.) da zona residencial;

- *Tal divisão ocorre em cima de outras já que a freguesia já foi retalhada por outras vias. Ou seja, esta freguesia tem sido sacrificada em prole do bem estar do público em geral sem que tenha sido compensada por qualquer forma;*
- *O atravessamento em via aberta para além de retalhar a freguesia e lugar dos Pousos também origina um clima de insegurança e de poluição ambiental;*
- *A Junta de Freguesia vem desde 2002 a alertar o antigo ICERR, IEP, Governo Civil e Câmara Municipal para os diversos inconvenientes dos projectos apresentados;*
- *Está na altura do Estado ou a IEP ter uma atenção mínima aceitando a posição desta autarquia, posição assente em abaixo-assinado que correu na freguesia e que foi enviado ao IEP subscrito por 1.200 eleitores;*
- *A Junta de Freguesia dos Pousos e da Assembleia de Freguesia deliberaram que o IC 36 deve terminar junto à Estrada Nacional n.º 113 em túnel tendo este a extensão aproximada de 400 metros de modo a evitar o fraccionamento dos Pousos.*
- *Para tanto afastar-se-iam as rotundas de acesso ao IC 36 mesmo que em prejuízo da ponte já existente podendo-se manter as 3 faixas de rodagem previstas para futuro já que existe terreno disponível para tal efeito.*
- *Desta forma evitar-se-ia o agravamento ou a existência de curvas convexas susceptíveis de pôr em causa a segurança rodoviária, não se vendo aliás razão para não serem adoptadas medidas de protecção e sinalização rodoviárias (e desde logo o limite de velocidade) que obstem a qualquer agravamento das condições de segurança.*
- *Dado que esta autarquia já recolheu opiniões técnicas que suportam a sua tese, entende-se pertinente que a solução proposta seja analisada pelo Instituto de Estradas de Portugal em grupo de trabalho a criar e que fosse também integrado, para além da reclamante, pela Câmara Municipal de Leiria e pelo Governo Civil de Leiria.*

Deste modo,

E na sequência das deliberações tomadas pelos órgãos da freguesia, a Assembleia Municipal de Leiria delibera:

1 – Manifestar ao Governo, através do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e ao IEP a sua concordância com a posição da Junta e Assembleia de Freguesia dos Pousos e, em consequência, exigir a correcção do traçado no sentido proposto pela Junta;

2 – Não sendo assim, exigir ao Governo e ao IEP a criação de uma grupo de trabalho que estude a viabilidade técnica da proposta apresentada pela autarquia, deferindo-se se viável, entendendo-se como viável se tecnicamente possível. Isto é, tendo em conta os interesses da freguesia dos Pousos e do Concelho de Leiria, e tendo em conta que o IC 36 vai ser concessionado e portajado, não devem ser meras razões economicistas que devem impedir tal solução;

3 – Dar conhecimento desta moção ao Sr. Governador Civil e aos Srs. Deputados eleitos pelo Círculo de Leiria, solicitando a sua intervenção na defesa desta.

4- Aprovar esta moção em minuta, dada a urgência do assunto.

Em nome da Freguesia de Pousos desejo a todos um feliz e santo Natal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado. No final deste período de intervenções iremos votar esta moção.

Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Boa noite!

Carlos Poço, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Excelentíssima Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados, público e Comunicação Social, muito boa noite a todos!

Todos conhecemos o turismo como um factor de desenvolvimento económico do país, e todos reconhecemos o contributo que as regiões de turismo têm dado ao longo dos anos para a promoção do turismo nacional. Infelizmente, também é de todos conhecido, o atabalhoado processo de reestruturação das regiões de turismo que o Governo está a desenvolver, passando pela aprovação em Conselho de Ministros no passado dia 12, um diploma que estabelece as novas áreas de turismo.

A criação destas dez novas regiões de turismo, mais as duas possíveis para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, não são as cinco anunciadas pelo Ministro da Economia no final do Conselho de Ministros, nem correspondem em nada ao interesse dos interesses do turismo em Portugal.

Este diploma, apesar de referir que foram ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Regiões de Turismo e a Confederação do Turismo de Portugal, não reflecte os seus pareceres. Começou por

fingir que discutia e aceitava a participação activa dos seus parceiros naturais e acabou impondo um modelo centralista e governamentalizador.

E é perante este cenário de total autismo por parte do Governo na gestão desta matéria e do seu relacionamento com o sector, com as autarquias, que é aprovado o diploma que estabelece as novas áreas regionais do turismo, demonstrando para além da falta de diálogo um total ausência de estratégia para o desenvolvimento e promoção das regiões de turismo de Portugal.

Se por um lado poderíamos aceitar a convergência das regiões de turismo com as NUT2, por outro, desconhecemos os critérios do Governo para a escolha dos cinco pólos de turismo que na prática funcionarão como regiões de turismo.

Não entendemos nem podemos aceitar de modo algum, a extinção da Região de Turismo de Leiria/Fátima, marca já consolidada no mercado, à custa de muito trabalho e muito investimento, que desta forma é completamente desbaratado. Importa referir, que a Região de Turismo de Leiria/Fátima gerou em 2006 cerca de 1,2 milhões de dormida. Por um lado, uma das novas áreas regionais, a do Alqueva, agora criada, gerou o ano passado cerca de 25 mil dormidas.

Não é seguramente com estas decisões que se está a criar massa crítica como afirma o Governo. Não percebemos também, qual a intenção do Governo, ao estipular no artigo 5º do diploma aprovado, que a designação de cada uma das entidades regionais de turismo bem como a localização da respectiva sede, seja definida por despacho de membro do Governo. Além disso, não podemos esquecer que as regiões de turismo devem ter uma muito significativa participação de entidades públicas e privadas, com interesse no desenvolvimento turístico da respectiva região.

Neste sentido, é muito grave que seja o Governo a fixar unilateralmente a designação das novas regiões de turismo, sem que os municípios interessados possam sequer propor ou sugerir os nomes que melhor podem servir as respectivas regiões. Um Governo que não ouve nem quer ouvir o sector, nem o Poder Local, e as populações através desta representadas, demonstra não compreender o verdadeiro sentido da democracia. Não aceita lições de ninguém, não ouve os autarcas nem os respectivos sectores e decide tudo sozinho

Verifica-se assim que o principal objectivo do Governo em agilizar e dinamizar o sector do turismo português não foi cumprido. Se este diploma se mantiver, tal como está, e com a extinção da Região de Turismo de Leiria/Fátima, a nossa região é confrontada com mais uma medida deste Governo no sentido de aumentar as

dificuldades às populações, tal como as medidas tomadas no âmbito do PRACE, do PIDAC, e outras tantas.

Assim, propomos que esta Assembleia debata e aprove uma moção que demonstre o repúdio pela extinção da Região de Turismo de Leiria/Fátima, por se tratar de uma medida de discriminação negativa da nossa região.

Eu fiz uma intervenção política e proponho que se encontre um denominador comum, uma moção que possa conter o sentido de toda a Assembleia. Caso não se consiga conciliar uma moção que represente a Assembleia, nós propomos um texto e naturalmente será votado apenas esse texto. É desejável neste tipo de temas que seja consensual, por isso eu não estou a propor uma moção já neste momento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Estou de acordo, porque acabámos de ter o mesmo exercício na Assembleia da AMLEI onde também foi discutido este assunto e levou à aprovação de uma moção por unanimidade, espero que o consigamos fazer aqui.

A seguir tem a palavra o senhor deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Pereira, Bloco de Esquerda

Boa noite a todos.

Começo por reforçar o pedido de nos proporcionarem, ao Bloco de Esquerda, a documentação num prazo mais alargado para nos debruçarmos sobre os assuntos desta Assembleia, demasiado importantes para serem estudados à pressa.

No caso concreto, de podermos propor alterações ao orçamento e opções do plano, recebemos a documentação na sexta-feira, dia 7, já depois das 17.00 horas, com a "incumbência" de termos que as entregar até às 16.30 horas do dia 10 (segunda-feira).

Os pequenos partidos, sem máquinas partidárias de apoio, ficam assim discriminados por se verem impedidos, como desejam, de se reunir para se debruçarem sobre as propostas apresentadas.

A reincidência desta prática, destes prazos, também poderá induzir-nos a interpretações menos abonatórias sobre a democraticidade do funcionamento do executivo, sobre o seu défice democrático.

Fieis aos compromissos que assumimos perante esta Assembleia e certos de que todos comungam desse propósito, o Bloco de Esquerda vem por este meio recordar,

07-12-20 AM

que na sessão ordinária de 28 de Setembro, a excelentíssima senhora Presidente da Câmara Municipal se comprometeu a apresentar no prazo de noventa dias uma listagem de prédios devolutos, para efeitos de taxação em IMI, na cidade de Leiria. Dado que ainda restam oito dias para o término desse prazo o Bloco de Esquerda recorda a V.Ex.a desse facto, esperando que sejam honrados os compromissos feitos perante toda a Assembleia.

É de conhecimento público que o PS e o PSD negociaram alterações à lei eleitoral, e que em relação à lei eleitoral autárquica houve acordo que levará a modificações substanciais desta lei eleitoral, que pretendem fazer aprovar na Assembleia da República.

Estas negociações, foram feitas sem qualquer auscultação, ao que sabemos, dos autarcas e dos deputados desses partidos.

É um direito que lhes assiste, dirão.

Mas entendemos que não, que se trata de uma manobra que vem ameaçar a representatividade democrática existente para além de formar, através da secretaria, maiorias que não correspondem aos votos expressos nas urnas.

E achamos que não lhes assiste esse direito, porque o mesmo é feito à custa de terceiros, permitindo artificialmente multiplicar mandatos, com menor número de votos, prejudicando o direito de representação doutras correntes de pensamento, com menor expressão eleitoral.

Vamos assistir a uma personalização da campanha, com o que ela tem de grave para a democracia, para a Assembleia Municipal, em que o partido com mais votos, e basta ter mais um que o partido que ficar em segundo lugar, terá maioria absoluta.

Até agora as Assembleias Municipais eram escolhidas com contraponto à Câmara Municipal, a uma equipa eleita.

As Assembleias Municipais passam assim a ser governamentalizadas pelo executivo municipal, cujo presidente passa a ser o primeiro nome da lista mais votada na Assembleia Municipal.

O que era o espaço de diferença e que permitia aos partidos com menor expressão eleitoral terem mais votos na Assembleia Municipal que na Câmara, vai acabar, diminuindo assim, drasticamente, a representatividade destes partidos tão importantes, como sabemos, para apresentação de propostas fracturantes como para desmascaramento de negócios pouco claros.

O partido mais votado forma sempre a maioria o que conduz a que as câmaras passem a ser o feudo exclusivo dos dois partidos do Bloco Central – p PS e o PSD.

E significa também que vão ter uma maioria (de secretaria) que o povo votante não lhes quis dar.

É uma grave subversão do voto!

Esta bipartição das eleições locais, retira, como já dissemos, da Assembleia, da Câmara, as vozes incómodas da denúncia das negociatas, digo, das situações fraudulentas na gestão do território.

Destruem assim um dos princípios democráticos mais importantes: o da representatividade.

A importância dos presidentes das juntas de freguesia deixa de existir.

Deixam de poder votar em situações tão importantes como aquela que nos reúne hoje: As propostas de orçamento e opções do Município!

É isso que se pretende, que pretendemos?

Claro que não e é por isso que propomos uma **moção** contra este projecto de alteração à lei eleitoral, que passo a ler:

Os deputados presentes nesta sessão deliberam protestar contra o projecto de alteração à lei eleitoral autárquica, negociado entre o PS e o PSD, manifestando a sua indignação contra esta tentativa de desvirtuar e inverter a vontade legítima dos eleitores autárquicos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra agora o senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e população da região presente nesta sala.

O que me traz aqui é um outro assunto. Mas atrevo-me a perguntar ao senhor Presidente da Assembleia, se o momento de discutir a sugestão do senhor deputado Carlos Poço é este ou, tanto quanto penso, é no final quando passarmos à votação?

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu penso que o uso da palavra pode referir-se ao assunto, depois a votação será no momento em que a discussão já tenha sido feita.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Então nessa altura a minha discussão será um bocadinho mais demorada, se o senhor Presidente me consente.

O que me levou a pedir a palavra foi o não querer deixar que caíssem no vazio as palavras do cidadão Francisco Almeida, suponho que é esse o nome, que usou da palavra no início desta sessão. Sou particularmente sensível, sem desprimor para todas as outras pessoas que também falaram, aos factos que ele invocou.

Os cidadãos desta cidade têm direito à sua tranquilidade de vida. Os cidadãos desta cidade e de todas, têm direito à qualidade de vida e não assiste a ninguém, seja quem for, o direito de, a pretexto de benefício pessoal ou do desenvolvimento do negócio seja esse negócio qual for, prejudicar a qualidade de vida de um conjunto de cidadãos. Refiro-me concretamente ao modo de funcionamento dos estabelecimentos nocturnos no Centro Histórico ou em qualquer outro lugar, seja por causa do ruído, seja por causa da intranquilidade que geram em relação à população residente, seja por tudo isso e por muitos outros motivos.

A verdade é que todos sabemos que isto acontece. Mas sabemos também uma coisa muito simples, há uma lei. Há uma lei do ruído, há uma lei que cria condições para o licenciamento desses estabelecimentos e há uma lei que define as regras de funcionamento, de segurança, desses estabelecimentos. E nós não podemos aceitar, seja por que motivo for, que estabelecimentos desta natureza funcionem à margem da lei.

E por isso a minha proposta é muito concreta. Eu vou expô-la em duas ou três palavras e pediria ao senhor Presidente da Assembleia que me consentisse redigi-la mais tarde. A minha proposta é muito simples:

Que a Assembleia aprovasse uma deliberação no sentido de propor à Câmara que:

- 1 – Verificasse quais são os estabelecimentos nocturnos da cidade de Leiria que têm licença e quais é que não têm licença;*
- 2 – Quais são aqueles que obedecem às condições de segurança previstas na lei e quais são os que não obedecem;*

3 – Quais são os estabelecimentos nocturnos que excedem a lei do ponto de vista do ruído e os que não excedem;

Qualquer destas três razões senhor Presidente, senhora Presidente e senhores Deputados Municipais, é suficiente para encerrar um estabelecimento destes. Diz-vos quem já viveu essa experiência com quarenta estabelecimentos no distrito de Leiria. Sei do que falo! É possível e não há Tribunal Administrativo nenhum, que não dê razão à autoridade, seja ela a Câmara Municipal seja o Governo Civil, que não dê razão a uma deliberação, a uma decisão, a uma sentença, no sentido de encerrar o estabelecimento porque não respeita condições de segurança por exemplo.

Ora, um estabelecimento não licenciado até pode ter segurança, mas é possível supor que não tem, porque não foi possível comprovar que a tenha. E se não foi possível comprovar que a tenha, o velho princípio de Direito que em caso de dúvida favorece-se o réu, neste caso transforma-se em caso de dúvida, favorece-se o cidadão. E portanto, sempre este argumento calou junto dos Tribunais Administrativos e permitiu fechar estes estabelecimentos.

A minha proposta é muito simples: Fazer a inventariação e a Câmara pode fazê-lo, destas três situações que eu já referi.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A Mesa aceitará a sua proposta escrita até ao fim deste período de intervenções.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Está bem! É que já tenho outra para fazer, como decerto imaginará.

A segunda questão tem a ver com a intervenção do senhor deputado Carlos Poço.

Permita-me que lhe diga senhor deputado Carlos Poço, que subscrevo quase por inteiro, que não tenho que subscrever mas excepção feita a um ou dois parágrafos da sua moção.

O que aconteceu com a pretensa reorganização das regiões de turismo é no caso específico de Leiria, um atentado contra a nossa região. É incorrecto, fere aquilo que é a nossa identidade cultural e digo mais, a nossa identidade económica ao longo de muitos anos e não é apenas ao longo dos cinquenta anos que tem de vida a Região de Turismo de Leiria/Fátima, que neste momento celebra os seus cinquenta anos, é uma identidade cultural muito mais antiga do que isso. Dou-vos alguns exemplos:

Sempre nós, todos os cidadãos, associaram Batalha e Alcobaça. Esta divisão regional pretende separar Batalha de Alcobaça. Nós sempre associámos os dois mosteiros,

nem conheço quem não associe o Mosteiro da Batalha e o Mosteiro de Alcobaça, por estarem perto, por representarem uma sucessão no tempo. O Mosteiro de Alcobaça, é um tipo de gótico e o Mosteiro da Batalha é outro, sucedem-se no tempo, por terem uma relação histórica interessante. Falo destes dois mas podia acrescentar que sempre lhes associámos depois, desde 1917, Fátima.

E a tudo isto fomos associando praias e fomos criando uma identidade regional que não pode ser cindida, não pode ser dividida. Esta lei, que é feita ao arrepio da vontade das regiões de turismo, tem um pressuposto que é correcto. O sistema turístico do país carece de ser reorganizado, nisso todos estamos de acordo. Dezanove regiões de turismo são muitas. Não quero falar muito de outras mas há regiões de turismo em Portugal, ou havia até à aprovação desta lei, que não tinham uma identidade que constituísse uma marca vendável no estrangeiro, toda a gente sabe. Não quero dizer aqui nomes porque seria desagradável, em relação a regiões que não estão aqui, mas há algumas que é muito difícil. Mas isso não se pode dizer de Leiria/Fátima, porque não há em país nenhum do mundo ninguém que não saiba o que é Fátima. Se estivermos num país estrangeiro e nos perguntarem de onde somos e se respondermos de Leiria, perguntam "onde é que isso fica?". Mas se nós respondermos "ao pé de Fátima!" é mais fácil. Não dizemos que Fátima fica ao pé de Leiria, dizemos é que Leiria fica ao pé de Fátima. Faz parte da nossa identidade regional. Por isso mesmo esta lei, fere toda essa identidade e atenta contra a unidade da nossa região.

Senhor deputado, estou perfeitamente de acordo com tudo isso. Mas recordo que numa Assembleia Municipal realizada há um ano, em Monte Real, a deputada do Partido Socialista Manuela Santos, já falou neste assunto, já contestou o projecto de fragmentação da Região de Turismo de Leiria/Fátima. Isto não põe em causa minimamente o que o senhor disse há pouco.

Recordo que, e permitam-me que fale na primeira pessoa e não na minha actividade enquanto deputado municipal, mas permitam-me que vos diga que vezes várias, num programa que tenho numa rádio em Leiria, semana após semana, me insurgia abertamente em relação a este problema. E fiz um apelo que as Câmaras Municipais, que a Diocese de Leiria, que as empresas de turismo, que as forças vivas se juntassem, eu disse isto há meses, que se rebeliassem, que fizessem aquele lobby que é preciso fazer, que barafustassem e não ficassem à espera. Pode não haver gravação do que disse na rádio, mas há seguramente um jornal onde eu assino uma

crónica quinzenalmente e onde isso está lá. Escrevi um artigo expressamente sobre este assunto. O que é que fizemos? Nada! Ficámos parados, ficámos quietos, ficámos passivos à espera que o Governo levasse por diante um projecto que era um mau projecto, levasse por diante uma iniciativa que era uma má iniciativa, levasse por diante uma lei que não nos serve e que acredito que não serve minimamente a nossa região.

Não quero com isto dizer senhores deputados, que nós não votemos uma moção relativa a este problema. Votá-la-emos favoravelmente, mas não posso deixar de dizer aqui, porque estamos num órgão com competências políticas, aos deputados do PSD, e não posso deixar de dizer aqui à Câmara Municipal, que alertados em tempo devido em relação a este problema, optaram por um comportamento passivo, à espera que acontecesse. Isto não é aceitável! Temos o direito de reclamar, devemos reclamar, devemos aprovar por unanimidade um texto, mas o Partido Socialista e eu próprio seríamos injustos, se não disséssemos aqui esta verdade. Houve um tempo certo para tomar uma atitude que talvez pudesse ter sido mais eficaz.

Quanto à moção, eu próprio me disponibilizo, já parece que tenho sido o escrevente de serviço, disponibilizo-me para a redigir embora eu lamento senhor deputado, quando fazemos uma intervenção política dessa natureza e a queremos concretizar em moção, eu acho que devemos trazer a moção já esperando que ela seja de facto uma moção abrangente. O que vou fazer é um texto que possa ser uma moção abrangente de repúdio por esta decisão do Governo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado Carlos Poço quer fazer um esclarecimento? Faça favor!

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

É um breve esclarecimento para conclusão do assunto.

Uma nota em relação àquilo que o senhor deputado disse, que devia ter sido feito e não foi feito pelas forças vivas com responsabilidade na região.

Sim senhor, devia ter sido feito mais. Mas eu referi na minha intervenção e agora queria sublinhar, que por obrigação legal, o Governo ouviu as entidades que tinha que ouvir, emitiu pareceres completamente diferentes destes, ou seja, o Governo ouviu mas não escutou nada, fez completamente diferente. Portanto não sei qual teria sido o resultado, se da Câmara ou da Assembleia ou de outras entidades tivesse

sido feito algo. É daquelas coisas que ficaremos para sempre sem saber o que é que teria acontecido. Mas a Associação Nacional de Municípios, o Turismo, etc., foram ouvidos e não foi nada disto que propuseram. Relativamente ao texto da moção, aceito que há ali questões directamente dirigidas ao Partido Socialista e que naturalmente não são aceites pelo Partido Socialista. Mas estou disponível, para dentro daquele texto cortar essas referências, entendo que o texto deve ser conciliado. O que estou a propor é uma conciliação, o senhor deputado está a propor fazer um diferente, teremos que negociar o texto, a questão é só essa, e estamos disponíveis para isso. Até pode ser que o texto que está a elaborar e que agradeço, seja bom, mas se calhar é mais fácil agarrar naquele e cortar aqueles parágrafos que não são aceitáveis pelo Partido Socialista.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado,

Faça favor senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor deputado Carlos Poço, não falando na primeira questão gostava de deixar claro o seguinte:

Em relação à primeira questão, de facto continuo a pensar que todos deveríamos ter reagido. Em relação propriamente à moção, o senhor deputado disse aqui e estará gravado "isto é uma intervenção política". O senhor deputado não fez uma moção, não apresentou texto da moção, não apresentou texto nenhum dessa natureza. Fez uma intervenção política e eu não voto uma intervenção política, foi como tal classificada por si. O que garanto e não é a primeira vez que acontece, se não quiserem eu não faço texto nenhum, até hoje já foram sete ou oito vezes em que em circunstâncias desta natureza, eu escrevi a moção e afinal de contas toda a gente percebe e concorda que o texto da moção exprime o consenso geral. Sempre foi assim, sempre o fiz. Eu compreendo o repúdio de toda a gente e estou convencido de que sou capaz de traduzir em texto esse repúdio. Se quer trabalhar sobre o seu texto estaremos de acordo, podemos estar aqui às duas da manhã e ainda não aprovámos ou rejeitámos o orçamento. Mas eu estou disponível para traduzir em palavras, o mais veementes possíveis, o repúdio que nós queremos traduzir.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado,

Tem agora a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

Já agora senhor deputado, eu peço desculpa por o corrigir, mas não há nada no Regimento que diga que há uma segunda volta. E a Mesa entendeu que há assuntos que podem ser esclarecidos imediatamente, dentro do espírito de diálogo que nos caracteriza. Não me parece que tenhamos fugido demasiado ao Regimento.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, do PCP.

O senhor Presidente está enganado, porque o Regimento diz que antes da ordem do dia a intervenção deve ser feita de forma alternada por cada um dos partidos e que não deve haver diálogo entre as pessoas, de forma a criar esta ideia, é que aqui pareceu claramente que há as duas forças. Uma que toma a iniciativa de fazer o mal e a outra que devia há muito tempo ter tomado a medida de, pelo menos, tomar uma posição de combate de uma forma mais activa, contra uma medida que se avizinhava, de tentar passarem uns para os outros as responsabilidades.

Eu gostava de dizer que trazia aqui a mesma proposta, mas se alguém não percebe algumas das orientações que vêm claramente expressas no decreto-lei, nós explicamos, porque não é difícil perceber. Extingue-se a de Leiria e Fátima e não a do Oeste porque no Oeste há vinte e cinco pin's, em que o grande capital económico e financeiro está interessado. Extingue-se a de Leiria e Fátima porque são os pequenos interesses locais que estão em jogo e são digamos secundários. Mas mantém-se o Alqueva e o Litoral Alentejano, porque há os grandes projectos das grandes companhias e dos grandes interesses económicos que são pin's, que beneficiam ainda por cima de um estatuto muito especial para se poderem implementar por cima de todas as regras, e é por isso é que se extingue. É que se não se percebeu é por causa disto. E o que é lamentável e que a moção que também fazia conta de aqui propor, não seja uma coisa tão desenxabida. Por exemplo, isto é feito em nome do PRACE, os senhores deputados lembram-se que eu fiz aqui a proposta em relação ao PRACE, para tomarmos a iniciativa de nos juntarmos e definir uma estratégia em relação àquilo que se avizinhava (Turismo, Saúde, etc.), um conjunto de propostas. E é isto que hoje é cada vez mais preocupante. É que eu não sou como o PSD que aceita as cinco regiões ou que aceito esta divisão artificial,

que de facto é artificial. Eu quero discutir, eu quero discutir se de facto são cinco regiões, se Leiria se deve confinar àquela pontinha de Coimbra, desprezada, subalternizada, que é vista por Coimbra de alto para baixo, e acho que precisamos de discutir bem que estratégia vamos utilizar para defender os interesses de Leiria e a sua centralidade, e não tenhamos receio da sua centralidade. Só os outros é que têm direito à centralidade?

Hoje por exemplo, temos dito aqui muitas vezes, aliás fazia conta de questionar a senhora Presidente da Câmara no ponto um, em relação ao que foi a discussão do QREN, o que foi em relação ao Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território e as Redes Urbanas, o que significa e em que ponto de situação é que está o PROT? Sim, que devia ter sido concluído em 27 de Setembro deste ano, que são o conjunto de investimentos do Estado para uma determinada região, e que até hoje ninguém sabe quais são nem a quem servem. E o que eu queria dizer particularmente em relação a esta questão era isto:

A questão de fundo é esta, é que o PRACE é para reorganização dos departamentos desconcentrados do Estado. As Comissões Regionais de Turismo são uma emanção do Poder Local e é isto também que não se percebe, no âmbito do PRACE? À margem do Poder Local? Isto fere a autonomia do Poder Local! Governamentalizando? É um instituto que vai dirigir as políticas regionais? E é esta a gente que quer fazer a regionalização? Então isto é desconcentrar? Isto é descentralizar? Ou é governamentalizar, para não ver um dia que os projectos estão aprovados por cima de toda a folha? Da REN, da RAN, etc. É disso que se trata não é de outra coisa e nós não podemos aceitar.

Eu mais uma vez aqui ponho, nós temos que reunir para verificar no âmbito do PRACE o que fazer. Como é que vamos agir! Nós estamos a perder a batalha em todas as frentes, e veja-se, se porventura até optássemos pelo sul, o senhor Jorge Lacão até já diz que está assente, que a região de turismo é em Santarém. Vem ali dito por ele no Diário de Notícias, com todas as letras, os outros vão dizendo em função dos sítios onde são eleitos, que as outras sedes são em Aveiro, etc., etc.

Isto para dizer o seguinte:

Acho que não podemos adiar mais. Aquela proposta que aqui veio e que tem sido sistematicamente omitida na sua concretização, e é particularmente aqui neste caso, o PSD que tem responsabilidades, porque ficou em marcar a reunião e não marcou.

Já disse isso aqui mais de duas ou três vezes, se não, não conseguimos encontrar uma solução.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado,

Vou dar a palavra agora à senhora Presidente da Câmara, que aproveitará também esta intervenção para, se o entender, referir algum dos assuntos trazidos aqui pelo público.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite.

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Vereadores, Comunicação Social, queria cumprimentá-los a todos, aproveitando para desejar a todos um Bom Natal e um óptimo Ano Novo.

Relativamente a este tema, é importante dar algumas informações.

Eu ouvi-vos, acho que tudo quanto disseram é importante, mas sobretudo em relação a algumas afirmações do senhor deputado Carlos André, era importante contar-lhe a história deste processo, porque este processo tem de facto uma história. Este processo tem uma história na lógica da racionalização e da criação da massa crítica. Foi assim sempre que foi apresentado. E como diz o senhor deputado Carlos André, e com razão, se calhar dezanove regiões de turismo não fará grande sentido, porque existem algumas que não têm qualquer tipo de massa crítica, nem importância, nem sequer capacidade de organização local para se poderem afirmar.

A proposta que esteve sempre em cima da mesa, até à reunião do Conselho de Ministros, foi a ideia (e a proposta estava nessa base), da criação das cinco regiões de acordo com as NUT2, e a possibilidade de em cada uma das regiões se manter a identidade existente e criar uma espécie de sub-regiões, de acordo com o produto turístico que existia nessas mesmas regiões. E foi na véspera da reunião do Conselho de Ministros (eu estou a contar isto porque acompanhei o processo sempre de perto, sabendo qual era o andamento, acompanhei-o directamente enquanto Presidente da Câmara Municipal de Leiria, mas também enquanto vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses) que para além das cinco que estavam criadas com esta lógica, surgiram mais sete. A proposta que inicialmente estava em cima da mesa, não tinha o desprezo de competências que o deputado José Augusto acabou de dizer e que é realmente uma coisa conflagradora, estas regiões com as quais nós

não concordamos ou eu pessoalmente também não concordo, não têm qualquer tipo de competência. É uma centralização absoluta, dirigida pelo Instituto de Turismo e um desprezo completo pelos Municípios e pelo papel dos Municípios neste processo. Eu tenho comigo a proposta que estava preparada para ir a Conselho de Ministros e tudo se passou na véspera de Conselho de Ministros. Portanto, quando se diz que não houve capacidade de reivindicar, houve capacidade de acompanhar o processo, de perceber a racionalidade do processo, de entender que ele faria algum sentido, e depois na véspera de uma decisão é alterado tudo. Eu não sei como é que se pode trabalhar nestas circunstâncias! E isto tem que ser aqui dito, porque foi exactamente assim que se passou. É na véspera, porque a lei que é proposta à Associação Nacional de Municípios e sobre a qual se pronunciou favoravelmente, nada tinha a ver com aquela que saiu, que é criado um decreto-lei em que as cinco se mantêm e depois são inventadas, não sei porque razões, se calhar o deputado José Augusto dará algumas das explicações, mas outras haverá, mais cinco criadas à medida, ao fato de cada um, e depois mais duas, Lisboa e Porto, as quais na primeira proposta nem sequer estavam previstas.

Portanto, a minha angústia é a falta de seriedade no tratamento deste processo. Isto é, nós estamos todos num processo de boa fé, vamos acompanhando, percebemos que ele faz sentido numa lógica de racionalização, de massa crítica, quando na véspera tudo é mudado. É claro que não há hipótese nenhuma de acompanhar e de se exercer esse tal poder que o deputado Carlos André diz que não foi exercido, de acompanhamento, de manifestação de indignação e de defesa da nossa dama neste caso. Ela foi defendida sempre numa lógica que nos era apresentada, que faria sentido na racionalidade e na massa crítica.

Muito obrigada, era só.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Relativamente à moção sobre este assunto, eu estive a pensar melhor e como nós a dada altura vamos fazer um pequeno intervalo, nessa altura farão a conciliação a que se propunham.

Ainda assim deseja falar senhor deputado Carlos André? Faça favor!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ(PS)

Carlos André, Partido Socialista.

07-12-20 AM

É que a certa altura senhor Presidente, foram ditas coisas às quais parecer subjazer juízos de intenção, em relação à nossa honestidade de princípios quando aqui apresentamos um texto. No fim de ouvirem e lerem a moção que escrevi, dir-me-ão se estão dispostos a subscrevê-la ou não. Não tem a minha assinatura, pode ter a de todos :

MOÇÃO

A recente reorganização das Regiões de Turismo, decidida pelo Governo, ao contrário dos pressupostos em que alegadamente assenta, não dotará de eficácia e coesão o ordenamento turístico do país e constitui, nomeadamente no caso da Região de Leiria-Fátima, a destruição de um património cultural – e também económico – com muitos anos.

É uma medida, além do mais, tomada ao arrepio das associações representativas do sector e bem assim das autarquias, que apontaram erros ao mapa e contestaram, com razão, a perda de competências.

É uma decisão que favorece, seguramente, alguns interesses específicos, mas desrespeita, deliberadamente, os interesses das regiões.

É uma decisão que, em obediência a discutíveis critérios de eficácia económica, condena à morte uma região com largas tradições, com identidade e com inegável prestígio internacional, como é a região de Turismo de Leiria-Fátima.

O exemplo do eixo Fátima-Batalha-Alcobaça, a que se somam a cidade de Leiria e as praias, desde o Pedrógão à Nazaré, é evidente: é inconcebível e é um atentado contra a própria História dividir esta região em três. Como é um atentado contra a própria História liquidar uma identidade cultural enraizada, como é a de Leiria-Fátima.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 20 de Dezembro de 2007, delibera:

Manifestar o seu mais vivo repúdio pela recente reorganização das regiões de turismo, nomeadamente no que respeita à destruição de Leiria-Fátima.

Exigir do Governo a reposição da unidade da Região de Turismo de Leiria-Fátima e o respeito pela sua identidade.

Apelar para o Senhor Presidente da República, no sentido de impedir a concretização destes desígnios.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tendo em conta que há duas moções na mesa, há uma quase completa e há outra que apesar de não ter escrito, o senhor deputado Carlos Poço terá oportunidade de poder apresentar em relação àquilo que discutiu. Faremos, como já fizemos noutra altura para permitir uma certa coordenação destas propostas, imediatamente a seguir ao intervalo, a votação dessas moções. Entretanto não havendo mais inscritos neste período, vamos passar ao período da Ordem do Dia.

Senhor deputado quer usar da palavra ainda neste período? Faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

É que as questões essenciais não são apenas a delimitação regional, é o problema da natureza do desvirtuamento destas entidades, e isso não está lá. É o problema das competências, é o problema da autonomia local nesta matéria, é o problema da governamentalização das políticas de desenvolvimento regional de turismo, isso tem que ficar. Agora, se vamos conversar e se podemos modificar, muito bem.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não, não poderemos recomeçar a discussão. Depois se não houver acordo, a votação é feita e quem não concordar não aprova, é aprovada por maioria ou por unanimidade. Já agora o senhor deputado Carlos André para mais um pequeno esclarecimento, mas não podemos continuar *ad infinitum* aqui!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Quando eu escrevi este texto, tinha presente e concordarão que está presente, o sentido da minha intervenção e o sentido da intervenção do senhor deputado Carlos Poço. Não estarei muito equivocado, se disser que consegui reunir no meu texto as opiniões que o senhor deputado Carlos Poço exprimiu, excepto algumas opiniões politico-partidárias em relação ao Governo. Mas mesmo essas, nalguns casos estão ali e as opiniões que eu próprio expendi. Tenho consciência e tinha consciência quando escrevi o texto, que não acolhi os pontos de vista do senhor deputado José Augusto Esteves. Tenho consciência e não estou disponível para acolher uma boa parte dos pontos de vista do senhor deputado José Augusto Esteves, que

07-12-20 AM

legitimamente poderá querer votar, mas não os votará numa moção escrita por mim. Não é fácil, não há acordo. E portanto a mim o que me moveu, foi a essência da intervenção do senhor deputado Carlos Poço, a que eu reagi positivamente, uma observação que não tinha a ver com a essência, acolhendo um ponto de vista que me parece consensual, somos contra estas divisões das regiões de turismo.

Se pedir ao senhor Presidente que ponha esta moção, tal como ela está, à votação, espantar-me-ia que não fosse aprovada pela Assembleia Municipal, talvez não seja, mas espantar-me-ia que não fosse.

Estou disponível ou o líder da bancada do Partido Socialista o fará, para fazer os acertos que tiver que fazer. Há uma coisa que garanto, não estou disponível para desvirtuar o texto em relação àquilo que foi o centro da minha intervenção e o centro da intervenção do senhor deputado Carlos Poço.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu penso que o assunto está bem discutido. Eu tenho confiança que, incluindo o senhor deputado José Augusto Esteves e todos os senhores deputados, no intervalo se comporão as coisas. Já aconteceu muitas vezes no passado, penso também que toda a gente compreendeu a partir de uma determinada altura e os votos ditarão.

Terminado então este período passávamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Pergunto se há alguém que queira intervir neste ponto?

Faça favor senhor deputado!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Era para pedir à senhora Presidente da Câmara que fizesse o favor de nos dar uma informação mais desenvolvida em relação à reunião onde esteve presente, da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional da Região Centro, que teve lugar na CCDRC, particularmente em relação àquilo que ficou definido em relação à gestão dos programas e se puder em relação ao conteúdo dos programas. Também

07-12-20 AM

em relação à reunião com o Ministério do Ambiente, qual é o ponto da situação em relação ao projecto da RECILIS, que também não especifica, e em relação à questão da participação nas reuniões de trabalho sobre as redes urbanas e competitividade de inovação em relação ao Plano Regional de Ordenamento do Território, também se nos podia dizer alguma coisa acerca da evolução do andamento dos trabalhos em relação a estas matérias.

Depois, apenas afirmar que até agora não foi presente o relatório financeiro e eu tive que perguntar telefonicamente aqui para a Câmara, para saber qual era o ponto da situação em relação à receita obtida até 21 de Novembro.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Sim, mas o relatório já foi distribuído!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Mas eu não sabia, até agora ainda não o tinha.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente quer esclarecer o senhor deputado? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Se não houver mais dúvidas posso esclarecer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não há mais inscritos, faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Em relação ao processo da RECILIS, houve uma reunião realmente com o senhor Secretário de Estado do Ambiente, onde estiveram presentes os Presidentes de Câmara aqui da região envolvente, nomeadamente Batalha, Porto de Mós e Leiria, e esteve o Conselho de Administração da Recilis. O objectivo era fazer o ponto da situação do processo e portanto o processo neste momento está na seguinte forma: Foi feito o estudo de impacte ambiental da localização da Estação de Tratamento das Suiniculturas, que está a entrar em discussão pública, conforme aliás já hoje aqui ouvimos, para poderem naturalmente as pessoas pronunciarem-se e apresentarem as suas sugestões, as suas dúvidas e as suas contestações. Após terminado o período de discussão pública haverá condições, uma vez que a empresa está a funcionar, já está em fase final de adjudicação com o consórcio ganhador do

concurso do sistema e portanto, apenas se está à espera da conclusão do estudo de impacte ambiental, da discussão e da finalização do estudo de impacte ambiental, para se avançar com a construção dos equipamentos e das infra-estruturas necessárias ao tratamento.

Penso que neste momento as coisas estão bem encaminhadas, todas as discussões que tinha havido à volta da taxa de energia, da questão dos transportes, etc., estão fechadas. Eu estava aqui a pensar que o senhor deputado Cláudio de Jesus pudesse também dar algumas informações complementares sobre isso, ele esteve na reunião em representação da Simlis, que tem acompanhado tecnicamente o processo, mas todas essas questões que estavam pendentes, nomeadamente a questão da energia e a questão dos transportes, estão resolvidas. E portanto, neste momento como digo, está nesta fase final da discussão pública do estudo de impacte ambiental.

Relativamente ao QREN, essa reunião onde eu estive relativamente ao PO regional foi apenas uma reunião para aprovação do regulamento de funcionamento daquela Comissão de Acompanhamento.

De qualquer das maneiras, o que se percebeu e tem-se percebido, é que há algum atraso na entrada em funcionamento do QREN na sua plenitude, porque foi dada uma grande importância à questão da contratualização com base nas NUT's, inclusivamente foi por causa disso que aqui foi criada a Associação de Municípios do Pinhal Litoral, para podermos fazer contratualização, e não vai ser possível nesta fase de arranque do QREN avançar-se logo para a contratualização porque a contratualização pressupõe preços de referência e os preços de referência ainda estão a ser aprovados e discutidos internamente pelo Governo. E prevê-se que só em Janeiro é que irá ser concluída essa tabela dos preços de referência, para começar a fazerem-se contratualizações.

O que é que se prevê a curto prazo?

Prevê-se a abertura de concursos, que aliás já estão abertos para a área da Educação, foi aquele que o Governo e nomeadamente a Direcção Regional deu prioridade, e prevê-se em Março a abertura de concursos na área do Ambiente, mas apenas concursos na lógica de candidaturas, não de contratualização, porque a contratualização está claramente atrasada. Só uma nota complementar que é importante.

O funcionamento do QREN vai ser diferente dos QCA's. O QREN vai funcionar numa primeira fase com base em concursos: são abertos concursos, os Municípios

candidatam-se, são seleccionadas as candidaturas e depois de seleccionadas tem que haver um concurso de obra. E só na fase de adjudicação é que pode haver novamente apresentação da candidatura, dessas candidaturas que foram previamente aprovadas em concurso, para depois a candidatura vir a ser aprovada definitivamente e homologada. São estas as regras que estão genericamente definidas.

De qualquer das maneiras também já nos começámos a aperceber de algumas coisas preocupantes, nomeadamente a questão da referência dos preços na área da Educação para a construção dos Centros Educativos. São valores completamente fora da realidade e inclusivamente completamente desajustados face aos custos padrão que o próprio Ministério tem para as salas de aulas. Portanto, há aqui uma incoerência, em que a própria Associação Nacional de Municípios já levantou o problema várias vezes e que se prevê que poderá vir a haver alguns ajustes aos preços de referência.

Concluindo, isto está a arrancar muito devagarinho. Numa primeira fase vai arrancar na base dos projectos à maneira tradicional, embora com essa primeira fase de candidaturas, e só depois é que haverá essa segunda fase da contratualização nas associações de municípios, com base na NUT. Genericamente sobre o QREN da região é o que se pode dizer, sendo certo que também há algumas notas importantes: as verbas da região, do PO regional, não são muito significativas. daquelas que existem há algumas que já estão alocadas a determinados projectos e portanto o que vai sobrar não é realmente muito significativo, face até aos quadros comunitários anteriores.

O que tem realmente verbas significativas são os PO's temáticos, aqueles que funcionam a nível nacional e que são três. Esses sim têm verbas muito significativas. Mas há limitações de candidaturas a esses PO's, limitações no sentido de que estes PO's temáticos têm muito a ver com o esquema anterior do fundo de coesão.

Por exemplo, os Municípios não podem candidatar redes de saneamento em baixa aos PO's temáticos, só podem ir aos PO's regionais. Só os sistemas multimunicipais é que podem candidatar-se aos PO's nacionais. O que significa que este QREN é um modelo muito centralizado, disso não há dúvida nenhuma. A parte mais significativa da verba ficou nos PO's temáticos, que são geridos através de Ministérios e até com uma nota interessante.

Eu sou representante da Associação Nacional de Municípios no PO temático “Valorização do Território”, e está previsto haver só duas reuniões por ano. Eu pedi que pelo menos houvesse três reuniões por ano para nós podermos ir acompanhando e houve uma resistência enorme para conseguir passar este pedido. Consegui passar, mas com uma resistência enorme, quando o que se queria era apenas mais uma reunião para irmos acompanhando o desenvolvimento das candidaturas, etc. É um sistema muito centralizador, com muito atraso e que irá ter algumas dificuldades de funcionamento.

Relativamente a esta questão das redes urbanas, competitividade e inovação, só para explicar o que isto é.

Apareceu em determinada altura, a possibilidade de se apresentarem candidaturas. Numa primeira fase, candidaturas numa lógica de preparar uma série de acções de formação, de colóquios, para se criar uma rede urbana de competitividade e inovação. Estas candidaturas estiveram abertas muito pouco tempo. De qualquer das maneiras, houve aqui um entendimento, numa lógica de apresentar uma candidatura numa rede de santuários. Fizemos uma candidatura com Fátima, com Nazaré, com Almada e com Ourém. Têm uma verba muito pouco significativa mas é a ideia de se criar aqui uma lógica em rede, muito virada para a questão do turismo espiritual e religioso. Sabemos que há vinte candidaturas no país, sabemos que só vão ser seleccionadas cinco, e a vantagem desta candidatura não é numa primeira fase do ponto de vista financeiro, porque as verbas são apenas para a organização, para a formação, para colóquios e para experiências internacionais, mas são sobretudo um momento de afirmação de uma rede que pode depois ter importância para candidaturas posteriores ao QREN, numa lógica de rede que é uma lógica diferente. Como digo, neste caso é aquela que nós temos para efeitos de contratualização, que funcionará com base na NUT3.

Julgo que genericamente expliquei as dúvidas senhor Presidente!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

A Assembleia Municipal de Leria delibera tomar conhecimento do Relatório da Actividade do Município e respectivo Relatório Financeiro.

2.FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2008 - Apreciação, discussão e votação;

A senhora Presidente vai dar um esclarecimento. Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu só queria dar uma informação.

Como sabem, esta proposta veio aqui em Setembro. Na altura, o deputado José Augusto Esteves sugeriu que pudéssemos criar dois escalões, porque a lei permitia. Eu concordei, analisámos de novo o assunto e a proposta que agora vem é realmente o desdobramento em dois escalões, para empresas com lucro tributável superior a cento e cinquenta mil euros e inferior a cento e cinquenta mil euros.

Eu queria dar uma nota complementar, porque tal e qual como era previsível, a nova Lei das Finanças Locais ao alterar a fórmula de cálculo da derrama, deixando de incidir a percentagem sobre o IRC e passando a incidir sobre o lucro tributável, implica no caso do Município de Leiria, uma perda expectável de cerca de um milhão de euros. Apenas por alteração da fórmula de cálculo.

Isto é só para reafirmar que na altura, foi um dos pontos de grande contestação com o Governo, era a percepção e os estudos todos que indicavam que iria haver perda significativa só por alterar a fórmula de cálculo. E a realidade é essa mesma, sendo que aqui a perda é esta. E há Municípios do País, nomeadamente Lisboa, imagine-se a ironia do destino, em que vai perder falando em contos, quatro milhões de contos só por alteração da fórmula de cálculo da derrama.

Apesar disso, nós acolhemos a sugestão e aqui está esta proposta com desdobramento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende discutir este ponto?

Se não, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade aprovar e fixar a derrama nos termos constantes da proposta.

3.XXI MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2007 – Para conhecimento

A senhora Presidente vai dar uma explicação.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Isto é uma coisa muito simples e que deriva exclusivamente do facto de ter deixado de existir o Imposto sobre Veículos e passar a existir o Imposto Único de Circulação. E portanto, por recomendação da CCDR, tivemos que fazer uma modificação ao orçamento, para passar a incluir a receita vinda já deste novo imposto, que vem substituir o anterior.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende discutir este ponto?

Se não, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento da XXI Modificação ao Orçamento às Grandes Opções do Plano para 2007.

Relativamente aos dois pontos seguintes, eu propunha que a discussão fosse feita depois do intervalo. No entanto, podemos discutir e apreciar mais alguns dos outros pontos até chegarmos ao intervalo, que aponte para as 22.30 horas. Concordam com esta metodologia?

Muito bem, então saltamos os pontos quatro e cinco .

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

6.PARECER DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DA INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE COMERCIAL DE DIMENSÃO RELEVANTE EM LEIRIA - Discussão

Vou dar a palavra ao representante da Comissão, senhor deputado Pedro Biscaia. Faça favor!

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite, Pedro Biscaia eleito pelo Partido Socialista.

Têm convosco senhores deputados, o parecer da Comissão de Acompanhamento do processo de instalação de uma Unidade Comercial de Dimensões Relevantes em Leiria, no âmbito da Comissão que foi criada aqui nesta mesma Assembleia.

Foi coordenada, como sabem, pela maioria, pelo senhor deputado Carlos Poço, e por razões de mera operacionalidade, eu fui escolhido como relator, e é nessa qualidade que estou aqui a apresentar sumariamente este parecer. Estando naturalmente, eu e os outros membros desta Comissão, à disposição dos senhores deputados para qualquer esclarecimento que entendam necessário.

Eu vou tentar então ser breve.

Começa por dizer como é que foi organizado o nosso trabalho e que tivemos, nomeadamente a observação de vários documentos, as próprias maquetas e sobretudo duas sessões de trabalho, com as três equipas técnicas concursantes, que além de apresentarem os seus projectos de uma forma pormenorizada, puseram-se à nossa disposição para as perguntas que entendêssemos pertinentes.

É bom que se diga, que esta Comissão não tinha por missão chegar aqui e dizer que era este ou aquele projecto que deveria ser aprovado. Nós éramos uma Comissão de Acompanhamento, queríamos fazer um parecer consultivo e é isso que surge, é isso que é digamos, a súpula deste parecer.

Portanto, como diz nas últimas três linhas, diz exactamente isso, foi consensual entre os membros, a elaboração de um documento que contribua para a ponderação acertada, articulada e fundamentada por parte da Câmara Municipal, nomeadamente quanto aos impactos que a UCDR terá na área urbana de Leiria.

Há aqui também uma questão, em que a Comissão teve alguma dificuldade inicial porque houve duas concepções, e estão subjacentes duas concepções em relação ao benefício ou não, da localização da unidade comercial de dimensão relevante.

Apesar dessas divergências, e sobretudo porque estão plasmadas em duas declarações de voto finais, nomeadamente por parte do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português, quero desde já dizer, e penso que posso dizê-lo com à vontade, que houve uma colaboração de todos os membros nesta redacção que foi feita, porque só assim teria algum sentido. Apesar da divergência, há que salientar isso.

Então, nós dividimos isto em algumas secções, não as vou ler todas mas em relação à ocupação do espaço, esta Comissão achou um pouco estranho, como diz logo no princípio *"A renovação sucessiva, por períodos de 45 anos, do direito de superfície*

dos equipamentos privados da área de intervenção, constante do processo de concurso, parece tornar pertinente o estabelecimento de um prudente limite temporal definido e finito desse direito". Ou seja, nós não conseguimos ver se esta sucessiva renovação do direito de superfície tinha um fim, ou era sucessivo *ad eternum*. Nós não conseguimos ver e entendemos que era necessário clarificar essa situação.

Também e para passar mais uma vez estas chamadas de atenção, fizemos várias em relação ao PDM, à questão dos limites de terrenos de leito de cheia. Achámos importante que ficasse aqui escrito que fosse do conhecimento público, os termos do compromisso estabelecido por um dos empreendedores com a Nerlei, no sentido da deslocalização da sede daquela associação para o topo Norte do Estádio. Um dos promotores falou que havia um compromisso, não chegou ao nosso conhecimento, e portanto achámos que a publicitação dos termos desse compromisso seria útil.

Sobre o tráfego e mobilidade, que é o tema da secção 2, é talvez o ponto em que nós demonstramos alguns receios, que não vou aqui enunciar em pormenor, mas escrevemos isto *"Nenhuma das propostas nos parece suficientemente convincente quanto aos impactos que trarão, na zona consolidada da cidade, os vários equipamentos a instalar. Os modelos de gestão de tráfego apresentados limitam-se ao estudo de circulação e acesso naquela área e nas actuais circunstâncias, sem equacionar soluções integradas colaterais com a realidade do futuro próximo da cidade"*.

Se me permitem um pormenor, a propósito disso perguntámos por exemplo aos vários técnicos dos três empreendedores, se isto tinha em conta a localização da estação da Rodoviária ou a sua saída dali, e o que nos foi dito, foi que não tinham nada a ver com isso, que o estudo tinha incidido apenas sobre aqueles 25 hectares. Perguntámos também se tinham em conta a eventual urbanização do terreno onde era a Proalimentar, porque iria descarregar grandes fluxos de trânsito, por exemplo na zona da Ponte Sá Carneiro, mas também não tinham isso em conta, não estava no caderno de encargos. Ou seja, aquilo que nós temos receio não é propriamente do estudo de tráfego para aquela zona, mas embora tenhamos uma ou duas dúvidas, o que nos causa receio é como é que isto é articulado com o resto da cidade. E tudo isto nos cria, como aqui dizemos, "novos desafios".

Ainda há bocado o senhor Presidente da Junta de Pousos falou da questão do IC 36. Para , é absolutamente essencial que o anel de circulação periférico, isto é, a circular norte e o IC 36, seja feito e este sem ser portajado, preferencialmente.

Depois, há coisas que a nós nos assustam, se me permitem o termo.

É exemplo, foi dito pelos concursantes, pelos técnicos, conceituados técnicos, que foram feitos novos recenseamentos de tráfego com base na chamada hora de ponta, que é sexta-feira às 17.30 horas. Nós perguntámos porquê? Porque é um pressuposto teórico académico, que a hora de ponta seja sexta-feira às 17.30 horas. Ora, não nos parece que em Leiria isso se possa adaptar no concreto.

Depois, há uma pequena questão. É que o tráfego de pesados para o abastecimento das unidades quer comerciais, quer do mercado de frescos, vai ser feito em grande número por zonas que hoje são residenciais, com inconvenientes quer na poluição sonora, porque é um trânsito nocturno sobretudo, quer na própria poluição atmosférica, porque vai passar sobretudo na Avenida 22 de Maio e na Avenida Adelino Amaro da Costa, e inclusivamente a possibilidade de passar na própria Rua Comissão de Iniciativa, o que nos cria alguns receios. Volto a dizer, não nos queremos pôr em bicos de pés, não somos técnicos, haverá com certeza explicações para estas nossas dúvidas, mas nós como deputados municipais, temos esta obrigação de levantar estes problemas, estas dúvidas, e pedir estes esclarecimentos. Sobre as zonas de intervenção e espaço público, chegámos à conclusão que há, digamos duas concepções base. Uma e estamos aqui exactamente nesta zona, são vinte e cinco hectares, desde o Hotel D. João III até ao Estádio, em que uma das propostas divide ao meio, um termo que eles utilizaram "clarifica as duas zonas". Isto é, do lado de cá onde nós estamos, uma delas coloca o mercado de frescos e o próprio centro comercial, reservando àquela zona toda adjacente do Estádio, que hoje está com os parques de estacionamento, a zona verde, de lazer e apenas com o Multiusos.

A outra concursante, optou por disseminar os vários equipamentos pelos dois locais. Isto é, põe aqui o mercado de frescos e põe o centro comercial já do outro lado. Enfim, são duas concepções diferentes.

Também do ponto de vista arquitectónico, como vamos ver, há essas mesmas diferenças de concepções. E há pelo menos duas das três propostas, e nós não o dissemos, porque não devemos dizer, que se destacam pela capacidade de inovação. No entanto, dizemos nós, qualquer delas pode ter pontos positivos e pontos

negativos, isto é, pode ter prós e contras quanto à segurança, quanto à vivificação do espaço, quanto aos custos de manutenção desses mesmos espaços e que estão aqui neste mesmo relatório, e por isso não vou estar a perder mais tempo com ele.

Depois do ponto de vista das contrapartidas das concessões e lendo só o princípio, *“Nenhum dos concorrentes aponta soluções concretas para cumprir o programa de contrapartidas facultativas, nomeadamente a localização dos campos de formação desportiva. É uma questão que, em nossa opinião, deveria merecer uma definição mais fina no tempo e no espaço, de acordo com os interesses do Concelho.”* Há uma declaração de intenções, pois que obviamente será contratualizado, mas parece-nos que era positivo que houvesse uma maior concretização dessas contrapartidas.

Depois, temos aqui algumas dúvidas, que também lançamos aqui que é *“Também não pudemos concluir quem irá gerir as instalações requalificadas do Topo Norte, uma vez que será à empresa municipal Leirisport que competirá, nas actuais circunstâncias, a sua gestão”*. Terminamos aqui esta secção com um apelo, de que no novo mercado municipal seja criado (e parece-nos que não estava lá) um espaço, para que os pequenos agricultores das zonas rurais do concelho possam vender os seus produtos em condições de higiene, segurança e conforto, que aparentemente, repito, não estará contido nestes projectos.

Qualidade urbanística e arquitectónica passo por cima, já há bocado falei nisso, há apenas aí também uma pequena gralha de português (ícone está escrito à inglesa).

As condições de obra, na alínea f), em que nos diz que é preciso ter muito cuidado e só um concursante é que fala nisso, digamos com alguma fundamentação, que enquanto durarem as obras que é aproximadamente dois anos, que haja um modelo de gestão de obra que permita o funcionamento e a mobilidade neste mesmo território, e isso para nós é fundamental.

No final como vêm *“ o parecer foi aprovado na generalidade na reunião da Comissão realizada em 19 de Novembro de 2007 nos Paços do Concelho de Leiria, os representantes do PCP e do Bloco de Esquerda solicitaram o registo das divergências, as quais em seguida se transcrevem”*, e estão aqui transcritas, e que possivelmente estes nossos colegas deputados, se acharem oportuno, poderão falar sobre eles.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Deseja acrescentar alguma coisa senhor deputado? Faça favor.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Eu não sabia que era eu que ia apresentar este relatório. De modo que, depois na qualidade de deputado da bancada do Partido Socialista, queria intervir sobre isto também. Se achar que pode ser já é já!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Neste momento não temos mais inscrições, portanto pode fazê-lo.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, Partido Socialista.

É justo que inicie esta intervenção dando testemunho do empenhado trabalho cívico demonstrado, até aqui, por todos os membros da "Comissão de Acompanhamento do processo de instalação de uma Unidade Comercial Relevante, em Leiria", que, de modo convicto e leal, deram o seu contributo para o Parecer agora apresentado.

Importa, contudo, chamar a atenção para algumas premissas desta intervenção urbana de enorme impacto no nosso Concelho.

Em primeiro lugar, verificar que é hoje um dado adquirido que as eventuais divergências quanto à sua localização radicam em legítimas convicções, mais do que em referências técnicas irrefutáveis ou na análise de casos semelhantes noutras partes do país e do mundo. Ninguém de boa fé pode assegurar, sem hesitação, do benefício pluridisciplinar da implantação desta estrutura numa área periférica ou central da cidade ! Haverá sempre prós e contras, condições objectivas e subjectivas, que determinam a configuração de cada opinião. Por isso mesmo, é um tema que atravessa as várias sensibilidades políticas ou das formações de origem, sem que haja possibilidade ou até vantagem no unanimismo.

Segundo, não se pode denominar, a meu ver de forma redutora, a intervenção proposta de Mega-Centro Comercial, uma vez que se trata de uma intervenção urbanística para 25 hectares da cidade, onde a percentagem do novo edificado é manifestamente proporcionada e as mais valias ambientais e sociais são relevantes. Assim sendo, é da maior importância para todos nós, que os opinadores e decisores conheçam bem os projectos em concurso, as contrapartidas oferecidas e busquem informação complementar sobre as dinâmicas actuais do urbanismo.

Terceiro, é importante lembrar a situação de partida e o desenrolar do processo para, com realismo, o analisarmos.

Sem dúvida que era e é um manifesto desejo da população ter à sua disposição uma oferta de consumo mais diversificada, recorrendo para isso a unidades existentes fora do Concelho.

Conhecia-se o interesse de várias empresas do sector em investirem em Leiria, como ficou demonstrado no desejo de licenciamento de três dessas grandes superfícies.

Sabia-se e sabe-se que a única unidade comercial de média dimensão de Leiria não tem tido concorrência à altura, praticando preços mais elevados mesmo quando comparados aos da rede da sua própria marca.

Era e é patente que estas unidades são um factor de atractividade e que contribuem para a afirmação regional das localidades onde estão instaladas.

Leiria seria e é uma das raras capitais de Distrito que não possui uma estrutura com estas características que, quer queiramos ou não, corresponde aos anseios de aquisição de bens, no mundo actual.

Era e é manifesto o interesse da Autarquia em realizar mais-valias financeiras e encontrar um antídoto que tente atenuar o problemático investimento no estádio municipal.

Foi neste contexto que a Câmara Municipal encomendou ao GECIC, da Universidade de Lisboa, o estudo de avaliação de impactos dos Centros Comerciais de Leiria que concluiu:

Que o mercado de Leiria e sua região só tinha espaço para uma dessas unidades.

Que haveria benefício da sua localização no perímetro urbano da cidade.

Que poderia ser uma oportunidade para rentabilizar o topo norte do estádio, integrando-o na intervenção.

Que deveria ser aberto um concurso internacional para concretizar estas mesmas orientações estratégicas.

A prova de que se tratava de uma proposta consistente foi a apresentação de três projectos de grande envergadura técnica e de avultado investimento, sobre os quais a Autarquia terá que tomar, brevemente, uma opção política, que desejamos e exigimos devidamente fundamentada, de acordo com a grelha de avaliação do concurso. Por isso mesmo, não devemos dar por encerrado o trabalho de acompanhamento desta Assembleia Municipal.

No entanto, qualquer que venha a ser a decisão da Câmara Municipal, ela acarretará, sempre, novas responsabilidades e exigências na resolução de problemas urbanos a montante e a jusante do território intervencionado, como é referido no parecer agora

apresentado. A alteração estrutural dos 25 hectares em causa, não é, só por si, a salvação da cidade, nem aquele espaço pode ser encarado como um “*parque temático do comércio*” isolado, sendo absolutamente vital integrá-lo e articulá-lo com a zona consolidada, com respeito pelos hábitos e pré-existências materiais e sociais com que se descobre a identidade dos lugares. Caso contrário, poderá ser um tumor urbano com consequências irremediáveis para as próximas gerações de leirienses.

Será, assim, desaconselhável ligarmos o “achómetro” leviano e de uso fácil na mesa do café ou submeter o futuro da cidade ao nosso gosto pessoal, por vezes tão falível.

Julgo que deveremos encarar esta delicada intervenção não só como um desafio à diversidade da oferta comercial instalada mas, também, ao fomento da atractividade urbana, à humanização e naturalização do espaço público, à cicatrização de feridas antigas cometidas sobre o território, à inflexão no ordenamento caótico, à promoção da mobilidade e da coesão urbanas.

É importante que a decisão seja clara e fundamentada, que o debate mesmo sendo vivo seja despartidarizado e que a Autarquia tenha a perfeita consciência da enorme e decisiva tarefa que terá pela frente.

Leiria de hoje assim o deseja ! Leiria de amanhã assim o exigirá !

Talvez esta seja a derradeira oportunidade !

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Mais alguém deseja intervir?

Faça favor senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Como o nosso colega deputado Pedro Biscaia não disse que tínhamos votado contra, pelos menos eu não ouvi, é só para justificar a nossa posição.

Em primeiro lugar os argumentos que utilizámos são cinco:

Primeiro o de ser duvidosa a legalidade da implantação naquele local, não vou aqui desenvolver, julgo que isso está no documento.

Depois, não ser credível o objectivo de dinamização e revitalização do Centro Histórico de Leiria subjacente à concretização de tal projecto, e eu acrescentaria hoje, além daquilo que está no documento, além do efeito de sucção em relação às

actividades nas áreas hoje mais fragilizadas e em relação a tal espaço ser visto pelos consumidores como um espaço de destino, particularmente por aqueles que vêm de fora, e há quem pense que isto vai dar massa crítica à cidade tal como dizia o Dr. Cachinho, e qualquer dia termos que dizer (espero que não, também não o desejo) que não tenhamos cometido o erro do Dr. Cachinho, é preocupante quando aparecem novos desenvolvimentos em relação a esta questão.

Por exemplo, quando a senhora Presidente da Câmara diz que está a negociar com o Governo Civil a possibilidade de centralizar todos os serviços públicos no topo Norte, isto tem impactos na moeda consolidada. A cidade precisa de gente, é verdade não é? E portanto há toda uma dinâmica de relações que se perdem, de contacto com a cidade, à medida que se centraliza tudo num espaço. Mas depois vem o senhor Ministro da Justiça e diz "Não, agora vamos fazer lá em cima naquele espaço que é um espaço estratégico para a cidade, para desenvolvimento de áreas de serviços públicos, vamos fazer a cidade em justiça", é mais para lá que vai. Entretanto aprovou-se o novo centro comercial do Grupo Amorim lá em cima no Vale Sepal, também é um centro comercial de vinte mil metros quadrados, há quem diga que já há adiantadas negociações para um novo espaço na Rodoviária. Dizer que o Continente, porque não vai ficar atrás, além do Hiper que vai haver aqui no meio da cidade, para além do mega centro o Hiper, também vai ampliar com cinema, centro comercial, etc.

Eu quero ver, quais são os impactos disto tudo, na malha consolidada do Centro Histórico. E o que é que vai significar isto tudo! Parece que ninguém está preocupado. Nós quisemos dizer que estávamos, e que estas opções são opções perigosas, e vou dizer o seguinte, é que hoje parece que os pequenos interesses locais, sim porque é disso que se trata, quem vem investir aqui são os grandes interesses (franchising, as grandes multinacionais), e o pequeno interesse, aquele tipo que todos os dias lida connosco, que faz a sua vida aqui, que tem a sua lojinha, que tem o seu problema, essa vai ter de certeza absoluta, necessariamente, reflexos de todas as decisões que aqui vão ser tomadas. E eu julgo que há muito em relação a esta matéria, há em ponderação, e parece que tomamos estas decisões todas sem ver que reflexos é que têm.

Eu tenho muitas dúvidas, mas mesmo muitas, nós temos e o PCP particularmente, que zonas fragilizadas do Centro Histórico e quando digo do Centro Histórico falo também já de uma forma mais ampla, não venham a ter grandes reflexos. Às vezes

temos tendência a separar o consumidor do produtor e portanto somos todos consumidores, como consumidores isso é muito interessante. Mas é que há os consumidores e há os produtores, e há os outros que estão lá na lojinha que também produzem alguma coisa, pelo menos um serviço. E, quando se coloca digamos este problema do equilíbrio do próprio Centro Histórico, nós vamos ter muitas dificuldades em aguentar certos tipos de formato de comércio, e morrendo o comércio, também como já morreu muita parte da habitação, há zonas que vão ficar menos densificadas. Vão aparecer situações, que nós vamos ter muita preocupação em conseguir revitalizar pelo simples facto, é que quem vem para cá vem com um destino, vem ao centro comercial e vai-se embora. Não tenham dúvidas. É assim que acontece quando vamos a Coimbra ou quando vamos a outro lado qualquer. Ir ao centro comercial muito próximo do centro urbano, é uma concorrência acrescida das próprias pessoas que costumam utilizar dentro do concelho as próprias lojas e as próprias actividades comerciais e outras, que aqui fazem. E portanto, alguém que está convencido que isto vai trazer mais massa crítica e portanto vai atrair gente que vem depois também aqui comprar às lojas desengane-se, o que aqui vem é a maior concorrência em relação aos que cá estão e isso nós não temos dúvidas nenhuma. Eu espero que a Câmara pondere bem, porque parece que isto tem o acordo do PS e do PSD como aqui se viu, que pondere bem algumas decisões, centralizar serviços esvaziando? Então nós dizíamos que as medidas revitalizadoras do Centro Histórico passavam pelo retorno de alguns pequenos serviços, para dar vida e dar alguma revitalização àquelas zonas, e agora vamos centralizar tudo, uma numa ponta e outra noutra?

Julgo que é necessário ponderarmos os impactos todos que isto implica.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, espero que considere que há momentos em que a gente rebaixa um pouco, os regulamentos da própria Assembleia. Muito obrigado.

Alguém mais quer usar da palavra sobre este assunto?

Se não há mais ninguém, vamos passar ao ponto n.º 7.

Mas primeiro a senhora Presidente vai dar um esclarecimento sobre este ponto.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Tenho que dar aqui um esclarecimento porque houve um erro. Aliás, foi-vos distribuída hoje uma folha correcta, da designação deste protocolo. Aparecia na

ordem de trabalhos e no documento que vos foi entregue como sendo uma alteração de objecto de um protocolo de delegação de competências da Junta de Freguesia da Ortigosa, quando na realidade é do Souto da Carpalhosa. Portanto, é apenas esta a alteração, se não considerarem que seja um problema vota-se como sendo Souto da Carpalhosa. O erro foi apenas na deliberação, no nome da Freguesia, mas os valores são os mesmos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

7.ALTERAÇÃO DO OBJECTO EM PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA – Apreciação, discussão e votação

Alguém quer discutir este assunto?

Então vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração do objecto de protocolo de delegação de competências da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa.

8.ALTERAÇÃO DO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE COLMEIAS – Apreciação, discussão e votação

Alguém quer discutir este assunto?

Então vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração do objecto de protocolo de delegação de competências da Junta de Freguesia de Colmeias.

9 PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação;

Alguém quer discutir?

Então vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar os protocolos de delegação de competências nas respectivas Juntas de Freguesia .

10. PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO ARTIGO 16º DO REGULAMENTO SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DIVERSAS (SEGURO DA ACTIVIDADE DE GUARDA-NOCTURNO). – Apreciação, discussão e votação;

Alguém deseja discutir este assunto?

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Boa noite, Pedro Faria, PSD.

Só para ficar bem com a minha consciência, porque é importante nesta quadra natalícia.

É para apresentar o meu repúdio pela lógica que está aqui inerente. Se repararem, aprovou-se aqui um regulamento que refere que os guardas-nocturnos deviam ter um seguro de responsabilidade civil e os serviços jurídicos têm uma leitura, em que dizem que não se pode exigir isto uma vez que não é obrigatório. A lei não prevê que seja obrigatório. Se fosse obrigatório por lei não era preciso haver o regulamento. Se a lei dissesse que era proibido, então sim compreendia-se que o regulamento não pudesse prever isso, agora, impedir que o regulamento preveja uma coisa só porque ela não é obrigatória, acho que é um absurdo total e daí o meu protesto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho, faça favor.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Boa noite a todos!

Eu queria que hoje houvesse aqui um debate a preto e branco, para vocês verem o que é que vão ser as Assembleias Municipais no futuro, após a lei autárquica ter sido alterada. O deputado José Augusto Esteves e o deputado Vitorino Pereira não permitiram isso, não combinámos essa situação, era giro ver o que é que era o

Partido Socialista e o PSD sempre só e apenas, ambos a funcionar. Acho que é importante haver mais pluralidade, mas como já está cobrada essa situação, acho que é importante fazer algumas intervenções.

Eu sobre esta matéria em concreto queria dar uma nota que é a seguinte:

Secundar completamente as palavras do deputado Pedro Faria, porque na verdade é exactamente essa a leitura que também faço. Existe uma lei geral, e a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, determinou um regulamento ao qual aditou um conjunto de normas locais que pareceram relevantes. Essa parece-me de manter. Não vejo que tenha qualquer problema, nem sequer são coisas particularmente caras e é uma tranquilidade adicional. Não vejo qualquer motivo também para fazer essa alteração. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Mais alguém deseja discutir este assunto? Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Não vou fazer perder muito tempo, mas é dizer que essa questão também se me colocou. Mas disseram-me que em Direito Administrativo, esta regra é uma regra que está para além daquilo que são os poderes do Município. E portanto, de facto acho estranho que não sendo a lei explícita não possamos nós pôr, mas efectivamente este é um problema que nos supera, e tendo em conta que é da nossa competência respeitar a legalidade das instituições democráticas, esta é uma lei da República e portanto acho que temos que adequar a nossa posição à posição de legalidade que se impõe.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Mais alguém quer intervir sobre este assunto?

Eu ponho à votação esta proposta de revogação do artigo 16º do Regulamento.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com três votos contra e uma abstenção, aprovar a proposta do Município e revogar o artigo 16º do Regulamento do Licenciamento das Actividades Nocturnas.

11. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO DA CIDADE DE LEIRIA - ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE – Apreciação, discussão e votação;

Alguém quer usar da palavra?

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Vitorino Pereira, Bloco de Esquerda.

Não conseguimos perceber o motivo, porque é que para se ter direito ao parque, se tenha que comprar dois bilhetes, por exemplo uma pessoa que venha sozinha, que tenha um carro . E o espírito disto, penso que é as pessoas terem facilidade de estacionamento para poderem ir a espectáculos públicos culturais. Dá a impressão que é preciso dois bilhetes para pagar minimamente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado o senhor vereador Fernando Carvalho vai esclarecê-lo.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS)

Boa noite!

Fernando Carvalho, vereador.

Senhor deputado, é propor no fundo numa lógica da racionalização dos diversos equipamentos do Município.

Como sabem, o Teatro José Lúcio da Silva pertence ao Município, o parque de estacionamento da Fonte Quente pertence ao Município e portanto, numa lógica de utilização e de racionalização de ambos os equipamentos pareceu-nos correcto uma vez que, recentemente com a nova distribuição e localização da praça de táxis junto ao Teatro, com a colocação do terminal de interface rodoviário também naquelas imediações, prejudicou digamos os normais utilizadores do Teatro que estariam habituados a estacionar ali na proximidade. E pareceu-nos que seria interessante, não para todos, porque o Teatro tem cerca de setecentos lugares e na nossa opinião não faz sentido que um bilhete dê direito a um estacionamento, numa lógica de

07-12-20 AM

racionalização do transporte, equiparar o transporte individual ao colectivo. Pareceu-nos que deveríamos exigir pelo menos dois bilhetes.

É evidente que é sempre possível equacionar estas situações por outros prismas, mas pareceu-nos ser mais correcto desta forma e mantemos esta opinião.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém mais quer discutir?

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com uma abstenção, aprovar a proposta de alteração do tarifário do Parque de Estacionamento da Fonte Quente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

12. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 1/05 - JOFIMOL - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS DE LEIRIA, SA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM - Apreciação, discussão e votação;

Alguém quer discutir?

Vamos votar!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta de ajustamento de pormenor nos termos constantes da mesma.

13. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DE ALMOINHA GRANDE – Apreciação, discussão e votação;

Alguém quer discutir?

Vamos votar!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor de Almoinha Grande, nos termos constantes da mesma.

**14. REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PORMENOR AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LEIRIA—
Apreciação, discussão e votação;**

Alguém quer discutir?

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

É para propor que se passe à votação proposta a proposta!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor vereador Fernando Carvalho vai dar uma explicação.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS)

Fernando Carvalho, vereador.

Senhor deputado, permita-me uma explicação.

Este assunto que aqui vem hoje já aqui veio por duas vezes.

Há cerca de um ano atrás como alteração de pormenor, e que eu na altura expliquei que estas alterações vinham um pouco à boleia da alteração do regime da Reserva Ecológica Nacional e também da classificação das indústrias. Antigamente era A,B,C e D e agora é 1,2,3,4, e cuja correspondência não é exactamente a mesma. E portanto, à boleia digamos, destas alterações a nível nacional, nós propusemos algumas outras alterações que viessem a resolver um conjunto de problemas que os municípios têm. E essas alterações foram aprovadas por unanimidade em Câmara e também por unanimidade na Assembleia Municipal há um ano atrás. Foram esses assuntos expostos à CCDR, que vieram a não concordar com algumas dessas propostas, mais tarde nós reformulámos em Câmara e em Assembleia, sempre por unanimidade, e voltámos a apresentar à CCDR que de todo aquele conjunto das propostas, quer apenas que seja corrigido um pequeno parágrafo, embora nós tenhamos que trazer aqui a formulação total da proposta.

O que está em causa hoje e o que aqui vem, penso que foi distribuído o documento, na quinta alteração que tem a ver com a alteração do artigo 58º, no ponto três que são três linhas, há alteração em relação ao actual artigo do PDM e que passo a ler:

“Sem prejuízo das servidões e condicionantes legalmente existentes, e com excepção da área delimitada na planta do ordenamento, estas áreas terão uma distância máxima de oitenta metros em relação ao limite dos aglomerados.”, e na proposta de alteração diz *“estas áreas terão uma distância máxima de oitenta metros em relação ao limite dos aglomerados ou núcleos”*. Portanto, a diferença é em vez de “aglomerados” é “aglomerados ou núcleos”, e os indicadores urbanísticos correspondentes a metade do valor dos de baixa densidade, quando nós tínhamos na anterior proposta “índices urbanísticos”. A CCDR quer que fique “indicadores urbanísticos”. É apenas e só, o que vem hoje para aprovação. E assim teremos a garantia da aprovação deste documento pela CCDR.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados estão esclarecidos?

Então passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta de alteração de pormenor ao regulamento do Plano Director Municipal de Leiria.

15. CONTRATO-PROMESSA DE PERMUTA ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E JOSÉ MÁRIO MARTINS DIAS – Apreciação, discussão e votação

Este é penúltimo ponto que vamos apreciar. Depois do ponto seguinte faremos um intervalo.

Alguém quer discutir este ponto?

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Vitorino Pereira, Bloco de Esquerda.

Eu tive algumas dúvidas e tomei aqui uns apontamentos sobre este contrato-promessa de permuta.

07-12-20 AM

Os dados que nos são apresentados são insuficientes para que possamos com o mínimo discernimento votar o contrato-promessa agora em discussão.

Como podemos aceitar que tenha tanto valor um prédio rústico na encosta do Castelo, com pouco mais de mil e cem metros quadrados, mais um prédio velho com oitenta e cinco metros quadrados de área coberta e cinquenta metros quadrados de área descoberta, na Fonte Poçinho, e uma fracção autónoma no rés-do-chão para comércio e serviços, na Avenida Adelino Amaro da Costa, provavelmente a zona de construção mais cara da cidade, onde se vende o metro quadrado de espaços para comércio e serviços, entre os três mil e três mil e quinhentos euros o metro quadrado.

A Câmara pretende que possamos aceitar que as propriedades acima citadas, valem entre cento e vinte mil e cento e quarenta mil contos, preço que deverá ser o correspondente à área (cerca de duzentos metro quadrados) a permutar?

Precisamos de saber quem efectuou as avaliações e quais os critérios utilizados para as mesmas.

O prédio rústico é passível de não se construir algo? E o quê?

Terá propriedades conhecidas para nós? Uma mina de ouro, petróleo, gás natural etc.!

Pensamos, que sem sermos mais bem informados não devemos efectuar qualquer votação, pois corremos o sério risco de estarmos a delapidar o nosso património, para estarmos a enriquecer ilicitamente um terceiro. Seria sem dúvida um acto de gestão danosa.

Porque motivo, como indica o documento que nos deram, a permuta traduz a solução mais vantajosa para o Município?

A Câmara não conhece a figura de expropriação por utilidade pública? Tanto mais que existe no prédio uma fonte antiga e portanto de interesse público.

Propomos pois, que o executivo nos dê mais e melhores elementos, antes de tomarmos posição em relação ao almejar da permuta.

E gostava já agora, se fosse possível esclarecerem-me o seguinte que vem no documento:

“encetadas as negociações foi possível obter acordo quanto à realização da aquisição, através de um permuta, que traduz a solução mais vantajosa para o município, sob o ponto de vista financeiro, uma vez que torna desnecessária a mobilização de avultados recursos financeiros...”

Que avultados recursos financeiros e para quê? Gostava de saber!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor vereador Fernando Carvalho vai esclarecer.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS)

Fernando Carvalho, vereador.

Sem ser muito exaustivo, vou tentar fazer um pouco a história do que foi a intenção da Câmara nos últimos anos, em relação àquela zona.

Toda aquela zona, da envolvente ao Castelo (penso que a planta foi distribuída a todos, era bom que acompanhassem com a planta para saberem exactamente onde se situa esta área) situa-se junto ao Largo da Escola Secundária Domingos Sequeira, entre o Largo Serafim Lopes Pereira e a Rua Cristiano Cruz, e portanto numa zona sensível para a cidade, compreendendo a encosta do Castelo.

No entanto, este território do qual faz parte este terreno, são dois prédios (um rústico e um urbano) em PDM, elaborado nos anos noventa e aprovado em 1995. Ficou como área de construção, mais propriamente de média densidade e sujeita a plano de pormenor, e portanto os proprietários actuais teriam e têm, todo o direito se assim o entendessem, de colocar um projecto na Câmara. Aliás, eles fizeram-no e a Câmara foi adiando, foi tentando resistir a essa aprovação. Mas o que é certo é que a actual legislação, o actual PDM, permite a construção naquele local.

Ora bem, a Câmara julgou e julga, por unanimidade, que está a fazer urbanismo ao não permitir a construção naquele local. O urbanismo não é só permitir a construção, é também, quando assim o entende, não permitir a construção. E para aquele local, sobretudo dignificá-lo com um projecto de intervenção paisagística, que virá na sequência daquilo que já foi feito também na restante encosta do Castelo, para usufruto pedonal, valorizando como um todo verde.

Há também, como disse e bem, uma fonte antiga que neste momento não tem água, porque está deteriorada, mas que o Município pretende reabilitar, que é a chamada Fonte do Poçinho, e isso só se conseguirá vindo à posse do Município.

E portanto, dizer senhor deputado, que aquele terreno é um terreno que tem pouco valor, que não se devia lá construir nada, que está sobreavaliado, se calhar se fosse seu ou de outra pessoa as ideias poderiam não ser exactamente as mesmas. Agora o que é certo, é que o território é particular. O Município pretende que venha à posse

do erário público e portanto, pediu a três peritos para fazerem a avaliação. Essa avaliação foi feita sem qualquer intervenção dos órgãos do Município, foi aceite, porque temos como tendo sido aplicadas as normas e os valores de mercado correntes, e aí como o Município de Leiria virá a ter um bem futuro, que é um primeiro andar destinado a comércio e serviços na Avenida Sá Carneiro, com uma área de trezentos e poucos metros quadrados, o que fez foi fazer corresponder a avaliação do terreno ao número de metros quadrados deste primeiro andar, destinado a comércio e serviços.

Portanto, de facto esta é a fórmula que nós julgamos ser de maior interesse para o Município, porque não é necessário estar a adquirir envolvendo recursos financeiros directos. Portanto, a permuta parece-nos ser a melhor solução.

Quanto ao valor, repito, foi feito por três avaliadores. Nós não estamos aqui a fazer juízos de valor, consideramos os avaliadores competentes, já fizeram muitas mais avaliações para o Município de Leiria, são peritos nomeados pelas Finanças, e julgamos que está perfeitamente compatível com aquilo que o PDM classifica o solo, quanto às suas potencialidades edificativas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente, quer dar um esclarecimento adicional? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Apenas um esclarecimento adicional, que eu julgo que é importante e que o senhor vereador não referiu.

Este terreno que está em causa, era apenas o que faltava vir à posse da Câmara para completar toda a encosta do Castelo e que vinha previsto no PDM para construção. Toda a encosta do Castelo, quando se desce a Avenida 25 de Abril do lado direito, neste momento está todo na posse da Câmara. O que significa que não irá haver construção, ao contrário daquilo que é previsível no PDM. Portanto, apenas faltava esta pequena parcela para complementar tudo o resto, que já é neste momento propriedade da Câmara.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Era só para deixar aqui uma nota que é a seguinte:

Eu sou e o PS, todos nós, estamos de acordo relativamente a esta solução. Mas o deputado Vitorino Pereira deixou aqui uma palavra que me parece que devia ser tomada em consideração.

Quando estas questões vêm à Assembleia Municipal, não se perdia nada que fosse apenso ao processo, a avaliação com os respectivos critérios e os avaliadores. Não há sobre isso nenhum problema. É tudo transparente, ficava mais transparente!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Totalmente de acordo e podem ser fornecidos em qualquer altura, o processo pode ser analisado por qualquer um dos deputados.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por maioria com duas abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria, contida em sua deliberação de 11 de Dezembro de 2007, e, em consequência, autorizar a celebração do contrato-promessa de permuta entre o Município de Leiria e José Mário Martins Dias.

16. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA FIXADA NA ESCRITURA QUE TITULOU A VENDA DO PRÉDIO MISTO SITO EM PORTELA, FREGUESIA E CONCELHO DE LEIRIA (ANTIGO CONVENTO DA PORTELA) E TERRENOS ADJACENTES, PELO MUNICÍPIO DE LEIRIA À PROVÍNCIA PORTUGUESA DA ORDEM FRANCISCANA.- Apreciação, discussão e votação

Alguém quer discutir?

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por unanimidade, aprovar a presente proposta, e, em consequência autorizar a alteração da cláusula fixada na escritura que titulou a venda do prédio misto sito em Portela.

Freguesia e Concelho de Leiria(antigo Convento da Portela) e terrenos adjacentes, pelo Município de Leiria à Província Portuguesa da Ordem Franciscana.

Senhores deputados, vamos interromper os trabalhos por quinze minutos e pedia para harmonizarem as propostas de moção, para depois retomarmos os trabalhos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados, há quatro moções na Mesa apresentadas pela seguinte ordem: Primeiro a moção do senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos, no que diz respeito ao traçado do IC36 e que leio apenas a parte que se refere mais concretamente à deliberação da Assembleia Municipal:

“E na sequência das deliberações tomadas pelos órgãos da freguesia, a Assembleia Municipal de Leiria delibera:

1 – Manifestar ao Governo, através do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e ao IEP a sua concordância com a posição da Junta e Assembleia de Freguesia dos Pousos e, em consequência, exigir a correcção do traçado no sentido proposto pela Junta;

2 – Não sendo assim, exigir ao Governo e ao IEP a criação de uma grupo de trabalho que estude a viabilidade técnica da proposta apresentada pela autarquia, deferindo-se se viável, entendendo-se como viável se tecnicamente possível. Isto é, tendo em conta os interesses da freguesia dos Pousos e do Concelho de Leiria, e tendo em conta que o IC 36 vai ser concessionado e portajado, não devem ser meras razões economicistas que devem impedir tal solução;

3 – Dar conhecimento desta moção ao Sr. Governador Civil e aos Srs. Deputados eleitos pelo Círculo de Leiria, solicitando a sua intervenção na defesa desta.

4- Aprovar esta moção em minuta, dada a urgência do assunto.”

Vou colocá-la à votação!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por unanimidade, aprovar a presente Moção. Mais delibera, enviar a moção às entidades referidas na mesma.

A segunda moção, foi apresentada pelo senhor deputado Vitorino Pereira, no que diz respeito à questão da alteração à Lei Eleitoral Autárquica e que na parte referente à deliberação, diz o seguinte:

“Os deputados presentes nesta sessão deliberam protestar contra o projecto de alteração à lei eleitoral autárquica, negociado entre o PS e o PSD, manifestando a sua indignação contra esta tentativa de desvirtuar e inverter a vontade legítima dos eleitores autárquicos.”

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por maioria, rejeitar a presente moção.

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria vai fazer uma declaração de voto. Faça favor.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria e Coordenadora Distrital da ANAFRE.

Eu queria dizer que votei contra, embora se saiba que está ainda em discussão, e como Coordenadora Distrital não posso mostrar o meu desagrado.

Apenas não poderia aprovar a proposta conforme foi apresentada dado que, para nós Presidentes de Junta, discordamos completamente de que o Presidente de Junta de Freguesia enquanto Deputado Municipal, não poder votar o Relatório e Contas, e Plano de Actividades da Câmara Municipal. Os Autarcas de Freguesia querem continuar a ter uma voz nestas decisões e portanto eu espero que tudo seja esclarecido, mas na verdade a proposta que foi apresentada, pelo Bloco Esquerda, eu não podia votar a favor.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

De seguida, temos uma proposta/recomendação e uma moção, subscritas pelo senhor deputado Carlos André. A primeira é sobre os bares de diversão e estabelecimentos nocturnos, e pedia ao senhor deputado que fizesse o favor de ler a proposta.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

“ A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 20 Dezembro de 2007, após ouvir a intervenção de um representante dos moradores do Centro Histórico, deliberou propor à Câmara Municipal que faça o levantamento das situações seguintes:

1 – Bares e estabelecimentos similares que não possuem licença de funcionamento para essa actividade.

2 – Bares e estabelecimentos similares que não reúnem, as condições de segurança previstas na lei.

3 – Bares e estabelecimentos similares que desrespeitem a legislação sobre o ruído.

Mais recomenda a Assembleia Municipal que, feito este levantamento, desencadeie as medidas adequadas, nomeadamente, se for caso disso, o encerramento compulsivo dos estabelecimentos ilegais.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por maioria, aprovar a presente proposta e recomendação à Câmara Municipal de Leiria.

Pedia agora ao senhor deputado que lesse então a quarta moção.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Esta moção é uma moção que tem o consenso dos representantes dos vários grupos municipais:

Moção

“ A recente reorganização das Regiões de Turismo, decidida pelo Governo, ao contrário dos pressupostos em que alegadamente assenta, não dotará de eficácia e coesão o ordenamento turístico do país e constitui, nomeadamente no caso da Região de Leiria-Fátima, a destruição de um património cultural – e também económico – com muitos anos.

É uma medida, além do mais, tomada ao arrepio das associações representativas do sector e bem assim das autarquias, que apontaram erros ao mapa e contestaram, com razão, a perda de competências.

É uma decisão que favorece, seguramente, alguns interesses específicos, mas desrespeita, deliberadamente, os interesses das regiões.

É uma decisão que, em obediência a discutíveis critérios de eficácia económica, condena à morte uma região com largas tradições, com identidade e com inegável prestígio internacional, como é a região de Turismo de Leiria-Fátima.

O exemplo do eixo Fátima-Batalha-Alcobaça, a que se somam a cidade de Leiria e as praias, desde o Pedrógão à Nazaré, é evidente: é inconcebível e é um atentado contra a própria História dividir esta região em três. Como é um atentado contra a própria História liquidar uma identidade cultural enraizada, como é a de Leiria-Fátima.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 20 de Dezembro de 2007, delibera:

Manifestar o seu mais vivo repúdio pela recente reorganização das regiões de turismo, nomeadamente no que respeita ao modelo adoptado, por ser centralizador e governamentalizar um sistema até agora autónomo, e também no que respeita à destruição da Região de Turismo de Leiria-Fátima.

Exigir do Governo a reposição da unidade da Região de Turismo de Leiria-Fátima e o respeito pela sua identidade.

Apelar para o Senhor Presidente da República, no sentido de impedir a concretização destes desígnios."

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por unanimidade, aprovar a presente Moção. Mais delibera enviá-la às entidades nela referidas.

Muito obrigado senhores deputados.

Vamos retomar a ordem de trabalhos, nos pontos n.º 4 e 5, e lembro que temos ainda o ponto n.º 18 para apreciar e votar.

4. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2008 E OPÇÕES DO MUNICÍPIO DE LEIRIA PARA 2008/2011 – Apreciação e votação;

07-12-20 AM

A senhora Presidente vai usar da palavra antes do período de discussão.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

São apenas algumas palavras para enquadramento.

O Plano e o Orçamento reflectem uma continuidade. Como é evidente, há várias e diversas obras que estão inscritas e que vêm já de execuções anteriores. Há no entanto uma preocupação dominante, e eu falava quer no plano da Câmara quer no plano dos Serviços Municipalizados.

Em primeiro lugar na área da Educação, que é a área que absorve maior verba de todas as outras que estão previstas, isto tem a ver com várias coisas, sendo que a Educação é sempre algo que nos preocupa, o criar condições às nossas crianças para terem escolas com o mínimo de dignidade.

A segunda nota, é porque há um aumento significativo das actividades ligadas à Educação, que são actividades genéricas, são executadas e são levadas a efeito em todas as Freguesias, nomeadamente as questões do enriquecimento curricular, a questão dos transportes escolares, e portanto tudo isso tem verbas muito significativas.

Por outro lado, é o ano de arranque da realização de obras que têm a ver com a implementação da Carta Educativa. A Carta Educativa foi aqui aprovada nesta Assembleia, foi homologada, nem todos os Concelhos do País têm cartas educativas homologadas, mas uma das condições básicas da candidatura de projectos ao QREN é a obrigação de existir a Carta Educativa homologada.

Como já disse há pouco quando falei do QREN, a primeira área que foi aberta para efeitos de candidaturas e de concursos foi a área da Educação. Nós temos uma série de projectos preparados para apresentar, em termos de candidaturas, na fase seguinte depois de aprovadas serão feitas as candidaturas propriamente ditas, para a sua homologação, e por este conjunto de razões entendemos que deveria ser dada uma prioridade grande na área da Educação, para além das pequenas reparações em escolas que estão a ser previstas e que algumas das delegações de competências foram hoje aprovadas como já viram.

Uma terceira nota de importância, em termos de projectos na área do saneamento, também por razões idênticas.

Primeiro porque temos o objectivo de fazer o cruzamento das redes em baixa com as redes em alta, com a entrada em funcionamento da ETAR norte, teremos condições

para poder começar a fazer ligações a essa mesma ETAR. Neste momento já está em ensaios e prevê-se a muito curto prazo estar a funcionar em pleno e portanto há uma preocupação muito grande de alargar redes de saneamento para a zona norte do Concelho, e que até aqui não tinha sido contemplada pelo simples facto de que não existia ETAR para onde drenar o esgoto e por consequência não havia condições de fazer essas obras.

Por outro lado, por razões que eu também disse há pouco, o segundo conjunto de candidaturas que vai ser aberto no QREN, é precisamente na área do Ambiente, dando sempre prioridade àquelas candidaturas que façam parte de um conjunto integrado, isto é:

O QREN está todo ele previsto numa lógica de complementaridade concelhia e de funcionamento em rede. A nível das redes de saneamento, como eu disse, numa primeira fase vão ser apresentadas pelos Municípios, porque é a única hipótese que têm, uma vez que podem candidatar-se aqui ao PO regional e são as redes em baixa, e têm prioridade aquelas que fizerem complementaridade com as redes em alta, nomeadamente com as da Simlis. É essa a prioridade que vai se dada. E portanto há um peso significativo em redes de saneamento que vão ser iniciadas, algumas delas já em curso. Não podemos esquecer que para as candidaturas ao QREN, podem ser apresentadas despesas a partir de Janeiro de 2007, e essas redes que já estão em curso, vão ser naturalmente candidatadas logo que em Março abram as candidaturas. Isto vai-nos permitir, com todas as obras previstas em termos de saneamento básico, a muito curto prazo, atingir a cobertura superior a 80%.

Neste momento já estamos com cerca de 75% de cobertura, o que vai permitindo conseguir fazer estas obras que aqui estão, como digo, abrangem muitas Freguesias da zona norte, e vai-nos permitir atingir rapidamente, com estas obras feitas, um valor superior a 80%. Eu lembrava que a média nacional são 64% de cobertura e o objectivo fixado no P.E.A.S.A.R., é de 90%. A água é de 99% e o saneamento é de 90%.

Outra nota que queria introduzir é sobre os critérios de delegação de competências para as Freguesias.

Tivemos em conta dois raciocínios. O primeiro, dar verbas às Freguesias que já têm saneamento básico e que na sequência da passagem do saneamento básico, ficaram com as suas vias muito maltratadas, e passado um determinado tempo, que é obrigatório para que haja os assentamentos necessários, a ideia é permitir que

possam resolver alguns dos problemas que têm em termos de estradas, que ficaram estragadas sobretudo com a passagem do saneamento, mas também nalguns casos com renovações de sistemas de abastecimento de água. E também, um ou outro caso de Freguesias que não tendo saneamento, não se prevê a curto prazo (e quando digo isto é tipo um a dois anos) saneamento. E portanto, essas faz sentido fazer alguma intervenção nas vias.

A lógica foi esta, sendo certo que há também algumas Freguesias que, não tendo delegação de competências específica, está previsto serem feitas obras de reposição de vias onde passou o saneamento, mas directamente pela Câmara. Tem a ver com a dimensão das vias: estradas mais pequenas, caminhos, serão as freguesias a fazer, outras que têm intervenções mais significativas, será a Câmara a levar a efeito.

Genericamente era esta introdução senhor Presidente, e naturalmente responderei às questões e às dúvidas que vierem a ser levantadas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Faça favor senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Muito boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores membros desta Assembleia, fui incumbido pela bancada do Partido Socialista para analisar, comentar e discutir as Grandes Opções do Plano e Orçamento do município de Leiria para o exercício de 2008.

As grandes opções do Plano e o Orçamento são, para qualquer organização um instrumento de uma importância fundamental, um verdadeiro guia para a gestão ao longo do exercício, um indicador precioso para prosseguir estratégias ou para as inflectir noutro sentido, com recurso a medidas correctivas atempadas, se isso se justificar.

Na administração pública estes documentos têm carácter oficial, são de divulgação geral, têm de ser apresentados e aprovados pelas assembleias municipais.

O POCAL que como sabem é o normativo da contabilidade das autarquias, valoriza extraordinariamente estes documentos, obrigando a inúmeras práticas de controlo orçamental ao longo do exercício, ressaltando sempre do espírito dessa lei, que o

desenvolvimento histórico das contas ao longo do ano, sem grandes desvios do previsto, é sinónimo de uma gestão competente.

A nível do Estado sabe-se a importância e a relevância que se atribuem ao orçamento, quer por parte das estruturas políticas partidárias, das organizações patronais, dos sindicatos e da própria população do país, porque se reconhece que aquele documento é credível e as suas opções vão determinar o rumo do desenvolvimento da economia, com reflexos em todas as áreas da sociedade.

Concorde-se ou não com as opções tomadas por quem elabora o orçamento, e aí é que se revelam as diferentes sensibilidades do espectro político, o documento merece a maior atenção e discussão na generalidade e na especialidade, porque se sabe à partida que os pressupostos em termos de meios disponíveis para suportar as despesas, são plausíveis e, embora de carácter previsional, são baseados em regras técnicas e estatísticas, que lhe conferem boas perspectivas de assertividade.

Nas autarquias, e dentro das devidas proporções, devia passar-se o mesmo.

Com grande mágoa verifico que na elaboração dos instrumentos previsionais do município de Leiria, nada funciona desta maneira.

Fica-se com a sensação de que se começa o filme ao contrário. Acumula-se o rol dos investimentos a efectuar no período, somam-se as despesas de funcionamento e outras inevitáveis, depois procura-se que as receitas estiquem até à convergência com a despesa. E o resultado está à vista.

Para o ano de 2008 esperam-se receitas de 126 milhões de euros, contra todas as regras de carácter técnico, contra toda a evidência estatística, contra toda a razoabilidade, que um documento destes merece, contra toda a credibilidade que se exige a um orçamento municipal que deve assumir-se como um farol que, ao longo do exercício, guie e balize o desenvolvimento da economia autárquica.

Portanto, logo pelo resumo das dotações iniciais do orçamento se fica na dúvida se efectivamente o documento que nos é apresentado merece credibilidade, logo consideração e discussão.

Da análise do balancete da receita de 10 do mês de Dezembro corrente, a que tive acesso, constato que da dotação inicial da receita para 2007 que se estimou em 107 778 milhares de euros, se realizaram 54 981 milhares de euros, ou seja aproximadamente metade. Fui há pouco informado que ontem já se terão atingido os 56 milhões de euros.

De uma análise mais cuidada ao documento, não encontro justificação para que com as previsões de 2008 se passe algo de muito diferente, até porque houve o arrojo de prever para o ano próximo receitas que superam em 14,3% a desastrosa previsão que havia sido avançada para 2007.

Nestas circunstâncias que sentido faz estar a emitir juízos de valor sobre a percentagem que neste orçamento cabe à educação, à cultura, ao desporto, ao ambiente, à assistência social. Percentagem em relação a que valores? Aos 126 milhões ou a metade, ou provavelmente até a menos de metade?

Contrapor uma distribuição das disponibilidades previsíveis, pelas várias áreas de competência e responsabilidade da autarquia, em função da nossa matriz ideológica, da nossa sensibilidade e da nossa experiência seria a verdadeira discussão deste Plano.

Agora, sinceramente, não estou motivado para esgrimir argumentos para priorizar as áreas onde se vai aplicar aquilo que não haverá.

Tenho, com grande pena, acreditem, de concluir que este plano e este orçamento, não são credíveis, não justificam discussão nem merecem consideração.

Discordo liminarmente deste método, repetido ano sobre ano, utilizado na elaboração do orçamento, hipertrofiando as receitas até ao paroxismo.

Ainda um dia me hão-de explicar o que se ganha e quem ganha, com esta filosofia de realidade virtual e de ficcionismo num documento que, embora se baseie em previsões, tem de ser rigoroso por ser de fundamental importância para a gestão eficaz e prudente de uma organização.

Tenho aqui que afirmar com veemência que nutro pelas pessoas que o mandaram elaborar, pelas que o elaboraram e por aquelas que em seguida o vão aprovar, a maior consideração pessoal e nalguns caso até amizade, como os próprios sabem e retribuem. Os sentimentos de algum desencanto e crítica acérrima, confinam-se ao teor do documento em análise e numa perspectiva exclusivamente política.

E fico efectivamente perplexo pelo facto de saber, que no conjunto das pessoas que elaboraram estes instrumentos e daqueles que hoje aqui o vão aprovar, há profissionais de sucesso nas mais variadas áreas, rigorosos, competentes e altamente responsáveis, que não concebo capazes nas suas actividades não políticas, de conviver com planos e orçamentos sem qualquer aderência à realidade, sustentados por receitas virtuais, correspondentes a metade do esperado.

São mais argumentos para os detractores da actividade política.

07-12-20 AM

Frequentemente diz-se na política, para justificar certas práticas divergentes da lógica e da razão que são valores noutras actividades, “é assim em todo o lado”!...

Será mesmo assim em todo o lado?

Embora as comparações valham aquilo que valem, resolvi pesquisar um pouco do que se passa noutras autarquias, tendo como único critério o facto de a dimensão das mesmas ser coerente e proporcionada com a nossa.

Escolhi Setúbal, Viseu, Braga e Coimbra.

O concelho de Setúbal tem uma população equivalente à de Leiria, passa por uma grave situação financeira, tem 6 freguesias. O orçamento para 2008 é de 86 milhões, quando em 2006 era de 93 milhões. Esta aproximação à realidade, permitiu que os vereadores da oposição (PSD e PS) viabilizassem o orçamento, ao contrário do que havia acontecido no ano anterior.

Em Viseu, concelho com menos população de Leiria, mas com a mesma dimensão geográfica e com 34 freguesias, apresenta um orçamento para 2008 de 81 milhões, mais 0,7% do que em 2007.

Li a acta da Assembleia Municipal que aprovou o orçamento e verifiquei que os argumentos da oposição se baseiam somente em críticas às prioridades, considerando exageradas as verbas para estradas e ambiente em detrimento da educação e cultura. E pasme-se que o Presidente da Câmara é criticado por excesso de poupança. Só não fico com inveja porque fui nado e criado naquela cidade e da qual gosto tanto como desta onde vivo há quase quatro décadas.

Cabe ainda aqui referir que, num estudo de 2007, Viseu foi considerada, entre 76, a melhor cidade portuguesa para viver.

Em Coimbra, concelho com mais 35 mil habitante do que Leiria, com 31 freguesias, que no ano de 2006 cobrou efectivamente receita de 81 milhões, apresenta dois anos depois um orçamento de 128 milhões. Também da acta da AM respigo que não há críticas a empolamento de dotações e registo as declarações do vereador comunista Gouveia Monteiro, que classifica o orçamento de 2008 como um dos melhores dos últimos anos.

Algum dos senhores deputados aqui presentes, mesmo dos que o vão aprovar, se arrisca a afirmar isto do documento em apreciação nesta Assembleia?

Finalmente em Braga, concelho com mais 50 mil habitantes que Leiria, com 62 freguesias, o orçamento eleva-se aos 98 milhões (menos 28 milhões do que Leiria),

com crescimento de 2,8% em relação a 2007, contra o crescimento de Leiria de 14,3% no mesmo período.

Esta pesquisa permitiu-me ainda constatar outros índices que para além das críticas à falta de rigor, me trazem receios em termos de saúde económica do concelho, mas isso será matéria para a apreciação do relatório e contas do exercício em curso.

Em Braga as despesas correntes previstas baixaram de 2007 para 2008 de 42,9 milhões para 41,8 milhões (-2,6%), entre nós subiram de 67,2 milhões para 76,5 milhões (+13,7%).

Aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2008, na AR, o deputado Jorge Neto do PSD, classificou a subida prevista para a despesa em 4,4%, como uma "subida em espiral", um "cenário assustador", considerando o OE para 2008 "uma falácia, um logro, um verdadeiro embuste".

A chamada poupança corrente que não é mais do que o saldo entre as receitas e as despesas correntes financia em Leiria, segundo as previsões em análise, cerca de 4,1% das despesas de capital. Não resisto a informá-los de que em Viseu e em Braga esse rácio atinge os 33% e os 58%, respectivamente.

Chego ao fim desta minha intervenção sem cumprir cabalmente a tarefa que o meu grupo me incumbiu.

Não discuti, o orçamento conforme me foi solicitado, e da maneira e que mais me agradaria fazer, pelas razões aduzidas.

Vou terminar transcrevendo quatro parágrafos da minha intervenção em Abril último, aquando da apreciação das contas de 2006:

Quero deixar bem vincada a minha maior discordância com o processo da incoerência entre a probabilidade da consumação da receita e a promessa da concretização do investimento planificado.

Gostaria que no fim do ano corrente pudéssemos nesta assembleia, estar a apreciar um orçamento para um plano exequível, numa percentagem digna, com desvios dentro de parâmetros aceitáveis.

Que o orçamento para 2008 possa constituir um ponto de viragem, com a apresentação de um orçamento realista.

Tenho a convicção, Senhora Presidente que esta bancada do PS, não rejeitará o seu próximo plano e respectivo orçamento, se as nossas recomendações tiverem acolhimento.

Como estas recomendações, não só não foram tidas minimamente em conta, bem pelo contrário, não resta aos deputados do PS a esta Assembleia, outra alternativa que não seja votar contra este plano e este orçamento.

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

De seguida está inscrito o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira. Faça favor!

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

José Cunha, Presidente da Junta da Barreira.

Senhor Presidente, senhores Secretários, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros Deputados, Comunicação Social, Senhoras e Senhores.

Aproveito para formular votos de Boas Festas começando pelo Natal, e formulo também votos de que o próximo ano de 2008, vá ao encontro dos vossos desejos. Faço votos também de que vocês façam alguma coisa por isso.

Na reunião entre a Junta de Freguesia da Barreira e a Câmara Municipal, para a discussão das propostas a incluir no orçamento de 2008, ficou-nos a expectativa que a requalificação da Estrada Municipal 543, seria a grande prioridade e talvez a única do Município, para a Freguesia da Barreira. Fomos também informados, que o seu financiamento seria através de uma candidatura ao QREN. Falámos também de outros assuntos, nomeadamente de duas vias, a 1251, que liga o lugar dos Andreus ao Casal Galego, e outra que liga o Casal da Cortiça à Freguesia da Golpilheira, nas quais é urgente o Município intervir dado o seu estado de degradação.

Foi com surpresa que ao analisarmos o orçamento previsional do Município, verificámos pelos valores inscritos na página 42 das Opções do Plano, que afinal a grande prioridade para a requalificação da estrada 543, não será o ano de 2008 mas sim o ano de 2009 e 2010, e este último, já noutro mandato.

Como o ano passado referimos que achávamos excessivo o valor orçamentado para a sua requalificação, não nos provocou qualquer estranheza a redução do seu valor em trezentos e cinquenta mil euros. Mas ficámos preocupados, pela nossa leitura, que o financiamento será 100% pela autarquia e não através do QREN, como nos fora transmitido. Será que a prioridade na requalificação da estrada fica condicionada à

aprovação do QREN? Fica-se com a ideia que o orçamento está fragilizado, ou no limite, condicionado ao QREN.

Por outro lado, ficámos positivamente agradados pela inclusão no orçamento previsional, de uma verba de setenta e cinco mil euros para a requalificação da estrada Andreus/Barreira. A designação que vem no orçamento não é esclarecedora, pois a ligação entre estes lugares é feita pela 543, não sendo de esperar que a mesma estrada esteja orçamentada duas vezes. Pensamos que se trata da requalificação da 1251, a qual como já disse, se encontra em péssimo estado mas que é a via de ligação entre o lugar dos Andreus e o Casal Galego. Neste caso, estimamos que o seu custo seja superior a cento e cinquenta mil euros, ou seja, o dobro do que está orçamentado.

Gostaria também de chamar a atenção para a situação de obras que foram objecto de delegação de competências com a Junta de Freguesia, já no anterior mandato, em que uma delas se arrasta já há mais de três anos, embora que neste orçamento venha referido o início das obras em Janeiro de 2007. A Junta está em dívida com o fornecedor desde essa data e só consegue efectuar o seu pagamento se o Município proceder à transferência da verba, pelo que, diversas vezes foi solicitada e que de igual modo aguardamos.

Assim como, aguarda desde Setembro de 2006, pela compensação da perda de um funcionário que estava deslocado na freguesia. Estou a falar de valores na ordem dos quarenta mil euros. Poderão ser considerados de menor importância para o Município, ou talvez até ridículos, e se calhar são mesmo ridículos, mas são o equivalente à nossa receita anual do Fundo de Fomento para as Freguesias, tornando-se assim em valores muito significativos para a gestão financeira da Freguesia.

O texto de introdução do orçamento indica, e muito bem, já aqui foi referido, a Educação como estando na primeira linha das preocupações do Município, e refere naturalmente a conclusão do Jardim-de-infância do Telheiro. Depois das diligências e esforços que temos feito nestes dois anos para a sua conclusão, só me resta concluir que das palavras aos actos, há um fosso enorme. E tenho apenas uma palavra para exprimir o nosso sentimento, a palavra é “vergonha” e o sentimento é “indignação”.

Não procuramos identificar causas ou culpados para esta situação, queremos apenas como sempre fizemos, apresentar a nossa disponibilidade para colaborar em

conjunto com os parceiros envolvidos, para a rápida conclusão do Jardim-de-infância.

Este orçamento também nada diz, sobre os projectos para a reconversão da Escola José Saraiva em Escola 1,2,3, considerada a par dos centros educativos da Bajouca, dos Marrazes, Milagres e Monte Redondo, como primeira prioridade na Carta Educativa do Concelho (conforme se pode ler nas páginas 47 e 144 da mesma).

Se a razão for a falta de terreno, a Junta da Barreira mantém a proposta para cedência no lugar do Telheiro, indo ao encontro do projecto educativo da Escola José Saraiva, aprovado a semana passada para o próximo triénio, o qual continua a defender a construção de um Centro Educativo para as freguesias da Barreira e Cortes, e outro para as freguesias de Azoia e Parceiros.

Sem querer intrometer-me na gestão das outras freguesias, não deixo de questionar o valor de cento e vinte mil euros, inscritos na página 5 das Opções do Plano, referentes ao aluguer anual de instalações pré-fabricadas, para o funcionamento do Jardim de Infância da Coucinheira. Penso que a construção de um edifício para aquele equipamento, seria a médio prazo, economicamente mais favorável e em condições mais dignificantes, desde que não lhe aconteça o mesmo que aconteceu ao Jardim-de-infância do Telheiro.

A proposta agora em discussão, refere a grande aposta na Cultura, vinte e quatro milhões de euros. Mas parece-me que a maior fatia será para equipamentos físicos, em prejuízo dos apoios sempre necessários às diversas actividades das associações de âmbito cultural e recreativo das nossas freguesias, que recebem cerca de meio milhão de euros, sendo que é uma verba igual que vai ser destinada às actividades do Teatro José Lúcio da Silva (o qual tem a possibilidade de gerar receitas).

Para além destes apoios serem reduzidos ano após ano, a execução financeira também é cada vez mais tardia (disso se queixam as nossas associações).

Não podemos esquecer que as colectividades e associações são os grandes obreiros daquilo que de bom se faz para manter viva a nossa identidade cultural. É deles o esforço para dignificar o desporto, e são também eles, a chama que torna a nossa sociedade mais voluntária, solidária, e justa.

Outra ideia que gostava de subscrever, porque outros já a defendem, está relacionada com o financiamento das freguesias.

Como sabem, as freguesias que não têm receitas próprias como é o caso da Barreira, dependem do valor recebido do Fundo de Financiamento das Freguesias, o qual mal

chega para as despesas de funcionamento, ficando assim colocadas numa situação de clara dependência do Município.

Sei que não depende do Município, mas para minorar esta dependência da vontade e generosidade da Câmara, uma das medidas que se podia implementar no futuro, seria a de repartir proporcionalmente por cada uma das freguesias, a riqueza por ela geradas, nomeadamente no IMT e no IMI, à semelhança do que aconteceu pela primeira vez este ano com o IMI rústico.

Pelas estatísticas apresentadas na Carta Educativa, a Barreira foi nos últimos anos, a segunda freguesia com maior crescimento populacional, 35,43%, logo atrás dos Marrazes que teve um crescimento de quase 57%. Este crescimento populacional foi originado por forte crescimento urbano, com particular destaque no lugar do Telheiro. Não tenho dúvidas que a Freguesia da Barreira é um bom contribuinte destes impostos para os cofres da Câmara, sem que dela obtenha o devido retorno e que deveria servir para minimizar os efeitos que essa pressão urbanística causa na degradação das vias e dos equipamentos colectivos, na perda de qualidade de vida e bem estar da população, do condicionalismo ao desenvolvimento das empresas e ao meio ambiente.

Termino e partilho da opinião da Câmara, que para consolidar as finanças do Município será necessário fazer alguns sacrifícios, mas estes só têm sentido se forem efectuados equitativamente por todos e se for para melhorar o nosso futuro e o dos nossos filhos, não sendo isso que se adivinha a curto prazo.

Boa noite!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Já aqui o temos dito e somos forçados a repetir, os planos sucessivamente apresentados por esta Câmara caracterizam-se por uma série de intenções orçamentadas e não cumpridas.

Em Abril deste ano afirmámos.

Já aquando da discussão para o orçamento de 2006, em Dezembro de 2005, tínhamos chamado a atenção para o intencional empolamento das receitas, sem o

mínimo de possibilidade de serem realizadas e que foram colocadas para disfarçar a impossibilidade do executivo realizar qualquer investimento importante, em áreas como a da Cultura, Ambiente, Centro Histórico, etc.

Tratava-se, dizíamos, de uma descarada mentira que a prática veio a demonstrar sem qualquer sombra de dúvida.

O grau de execução orçamental andarà pelos 50% ou pouco mais. O montante das despesas correntes previstas, só elas, excede cerca de vinte milhões de euros o montante global das receitas da autarquia. O que nos propõe o orçamento, é pura e simplesmente um aumento, um agravamento do enorme passivo existente.

A Leirisport continua a absorver, até quando, percentagens muito elevadas das insuficientes receitas camarárias. Estes simples exemplos são suficientes para perceber que o orçamento é uma trapaça. Devia envergonhar quem o apresenta.

O controle que esta Assembleia deve ter sobre os actos do executivo, desaparece praticamente, e pensamos que este é um dos motivos que explica a existência deste tipo de orçamentos, que comparado com outros que conhecemos, não abona nada a quem o faz. É evidente, que a senhora Presidente da Câmara vai ficar com um poder quase discricionário, em relação às despesas que se irão realizar, provavelmente tratando melhor os afilhados do que os enteados.

Como as receitas não cobrem senão, mais ou menos, metade das despesas, ficarão a seu belo prazer as opções de pagamento, já que não se descortina nem se pode com um orçamento tão bem montado como este, quais são os pagamentos prioritários em relação às receitas alcançadas.

E por este motivo, não tem cabimento dizer-se que se deveria investir mais na Educação do que no Desporto, mais nas despesas sociais do que nas de alcatrão, mais no Ambiente do que na poluição, quando um partido, o PSD, que anda há vinte anos a prometer o saneamento total do concelho, onde há ainda mais de uma dezena de freguesias sem ele, tenha ainda o descaramento neste orçamento, de diminuir as despesas com o saneamento, em relação já diminuto e limitativo orçamento de 2007.

Não abdicamos do princípio político e da exigência, de em sede de discussão estratégica, ver tais questões amplamente debatidas, mas já percebemos que o vosso empolamento das receitas e despesas permanente, não é defeito de memória mas sim feitiço moldado pela cultura política e pela forma como os senhores encaram o papel dos órgãos autárquicos.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda irá votar contra as propostas de orçamento e opções do plano.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

Eu peço aos senhores deputados que fizeram estas intervenções mais longas e que estão dactilografadas ou guardadas no computador, que enviem o ficheiro para a Teresa, porque é mais fácil, poupamo-lhe algum trabalho.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Eu julgo que há aqui uma linha condutora nas intervenções que têm alguma razão de ser e que todos nós acabamos por chamar a atenção para ela. Basta comparar as receitas realmente realizadas até ao princípio deste mês e o valor global da receita e da despesa que está prevista para 2008, para se ver que de facto é uma completa irreabilidade estas opções do plano e orçamento.

E é uma grande irreabilidade porque à medida que o tempo passa e passa sem concretização a maior parte das acções e obras que o executivo ano após ano apresenta, a saída sistemática é sempre a mesma, é empolar ano após ano, empolar mais um bocadinho o plano, tornando-o esta sistemática ampliação de carácter fictício e o plano é já a fuga para a frente sem qualquernexo e sem conta e medida das receitas e com isso das despesas.

Nós, julgo que todos, eu pelo menos e nós no partido e daquilo que aqui veio, toda a gente sente que de facto dois terços da receita é imaginária, e que portanto superamos tudo o que é razoável. A maior parte das dotações são de facto fictícias, porque as receitas previstas estão muito aquém daquilo que é possível realizar. Por exemplo, vieram aqui em Abril, por acaso não fui eu foi o senhor deputado Sequeira que fez aqui as contas do grau de execução em 2006, 38%, é evidente que estamos na área da ficção. O que é que vai ser o de 2007? Bem se fôssemos ver pelo dos SMAS, cerca de 40%, já estão a ver que estão a puxar um bocadinho o “cerca de”, quer dizer que fica na mesma pelos 38%, a senhora Presidente veio aqui dizer que o que está ali é para concretizar. Por exemplo em relação ao saneamento, senhoras Presidente então não tem a noção que é o terceiro ano consecutivo que diminui o investimento, que diminui a participação do Município no orçamento dos SMAS? Em

2007 foi metade de 2006, agora é metade daquilo que está, pelo menos é o que está nos papéis, eu também já não sei se isto corresponde ou não, vou admitindo que sim.

A receita real em 2007 vai ficar pelos cinquenta e seis milhões de euros que disseram e agora concluíram, e o valor previsto é de cento e vinte e seis milhões e com os SMAS mais cento e cinquenta milhões. A senhora Presidente diz que se justifica e eu até li na imprensa, que é por via do QREN. Senhora Presidente, pela via do QREN como? Aquilo que é QREN não está no plano como definido. Não conta! Eu não sei como é que conseguem chegar a estes números. Por exemplo, vi aquela verba nas receitas, vinte e oito milhões de contos de vendas de terrenos, andam sempre a dizer que não há terrenos para vender, aliás quando precisamos de um terreno qualquer nunca há. De repente, aparecem trinta e três milhões, e vamos vender 4,3 milhões de habitações a famílias. Eu ainda gostava de saber aonde é que está esse património. Está tudo empolado! Não há hipótese, é tudo inventado.

Só quem está condicionado pelo dever da solidariedade política é que pode aprovar um plano com tal amplitude discricionária, esta situação tem consequências naturalmente.

A primeira é que é uma fonte de injustiça na distribuição dos recursos municipais e de inaceitáveis desequilíbrios entre sectores e freguesias, como aliás já vieram aqui, e se alguns tivessem, não digo coragem porque certamente todos têm se quiserem, mas se não fizessem algum cálculo porque precisam mais à frente de tratar do verdadeiro plano, que é feito em função das pressões e das circunstâncias, dos factores aleatórios, a vida é que vai dizer, e depois é claro, há uns que não ficam com nada, outros ficam com alguma coisa, outros ficam com muito e portanto de facto o plano é uma fonte de injustiças. E é uma fonte de frustrações, como também aqui já vieram, porque as pessoas sentem, apontam para as suas populações que têm aquela perspectiva, mas aquela perspectiva é sempre adiada.

A segunda, é que permite apenas subverter as prioridades definidas e anunciadas, como se cria a ilusão da solução dos problemas que sistematicamente se adiam.

É um bom plano para fazer propaganda, não há dúvida nenhuma, amanhã nos jornais todos podem ver que vem lá uns milhões largos para certo tipo mas são sempre os mesmos milhões, porque o grau de execução é baixíssimo. E depois dizemos assim: mas vamos discutir a distribuição na base disto? Não faz sentido!

Mas já agora dizer-lhe o seguinte:

07-12-20 AM

Diz no relatório de 2008 que se manterão as orientações genéricas de 2007, cujo balanço é positivo, nomeadamente em relação às três componentes que a maioria considera prioritárias. É pouco na nossa opinião, e é também uma má opção.

Veja-se, quais são as três componentes? São as componentes que não contemplam obras municipais que estão no plano, são as componentes das águas regionais, que foi as Águas de Portugal, digamos que são o principal executor e responsável, é a Simlis com a ETAR norte, em relação ao saneamento básico da rede doméstica e portanto da nossa competência, aí dizer-se que há avanços extraordinários é um bocadinho forçado, e eu tenho muitas reservas senhora Presidente.

Eu tomo nota. Quando a senhora Presidente diz que “neste momento temos uma cobertura de 70%, agora já temos mais...”, quer dizer não temos, mas temos mais segundo a senhora Presidente, e faltam para os 30% cinquenta milhões de euros de investimento, vai a ver o plano e estão lá 5,3 milhões para investimento em saneamento, e diz que em breve se vai concluir a rede. Bem, há treze freguesias que estão a zero, dezasseis não passam dos 30%, e depois diz-se que vamos arranjar cinquenta milhões quando o tecto está a diminuir, todo o investimento, como se vê ali no plano dos SMAS?

E quando a Câmara, num plano de cento e vinte e cinco milhões e de cento e cinquenta milhões com o dos SMAS, tem quatrocentos e vinte mil euros para o saneamento? Tantos milhões para tão grande prioridade?

Bem, efectivamente aqui falamos muito de propaganda e se de facto é verdade que são preciso cinquenta milhões, não estou a ver que nos próximos tempos e a este ritmo a gente consiga resolver o problema, e este é um problema que as freguesias mais sentem. Quem ouve um Presidente da Junta vê que é assim.

Depois, gostaria de dizer o seguinte: estamos no terceiro ano deste mandato, lembra-se senhora Presidente da Câmara que foi aqui colocada a questão, que tínhamos que começar a pensar também na requalificação da periferia urbana, e na altura ainda me recordo, que a única obra que havia era dezasseis mil contos na moeda antiga, para uma obra nos Marrazes, que era preciso pensar esta área. O orçamento é um deserto! Pelo terceiro ano consecutivo, o orçamento é um deserto. Tem lá uma coisita ou outra, mas que nem é da iniciativa municipal, particularmente no momento senhora Presidente, em que o QREN permite digamos, programas para esta área e trabalhar na requalificação desta área.

Em relação ao Centro Histórico senhora Presidente, eu neste momento sinto que o Centro Histórico em algumas matérias está a patinar, e digo, não fico descansado, quando vejo que ao fim de quatro anos tínhamos o Plano de Pormenor quase concretizado, porque é que não vem aqui a esta Assembleia para aprovar? Porque é que se entrega à Parque Expo a definição estratégica, quando havia já uma estratégia, chegou-se a fazer um plano de execução calendarizado de algumas obras, algumas delas têm sete anos e cinco anos, mas aqui está sempre adiado, não tem verba, e começa a ser preocupante. Aliás, eu começo a duvidar, se não se quer fazer a mesma coisa ao Plano de Pormenor do Centro Histórico, isto é, um plano de salvaguarda, que não se pode chamar assim porque não é assim legalmente, que tem de facto o objectivo também de defender o Centro Histórico, e não percebo, francamente não compreendo. Porque é que não funciona a Comissão? E não compreendo porque é que não vem aqui o plano. Quer-se deixar espaço livre para a intervenção da Parque Expo, de acordo com os seus critérios de opção estratégica? Mas andamos a pagar a uns e depois pagamos a outros como está aí no plano? Há aspectos que não se compreendem, e julgo que é a altura de vir aqui à Assembleia esse plano. É mais que tempo de resolver este problema.

Havia aqui aspectos, nomeadamente em relação à mobilidade, há muitos aspectos em que se vê que de facto o plano é igual ao de 2007. Não tem nada, porque de facto é muito fraca a concretização anterior, e portanto, face a tudo isto, nós vamos naturalmente votar contra este plano e orçamento. E para não intervir mais, votaremos também contra o plano e orçamento dos SMAS, porque consideramos que o plano dos SMAS e é o terceiro ano consecutivo com as mesmas desculpas, muito empreiteiro vai à falência neste concelho. Eu sei que a vida está difícil e se calhar até é verdade, mas caramba, a desculpa para tão baixos graus de execução é sempre a falência dos empreiteiros. Portanto, o que está aqui são a redução do valor global do investimento, a redução do valor global da transferência da Câmara Municipal de Leiria que agora já nem diz quanto é que transferiu, antigamente ainda se dizia para a gente poder comparar, hoje já nem se diz, e é de facto, num ano de ligação à rede regional da água e a precisarmos também de investimentos nesta área, é um ano em que há redução de investimento, naturalmente que também não podemos aprovar.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

DEPUTADA MARIA ESPADINHA (Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo)

Senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas Deputados desta Assembleia.

Sinceramente, a nós Presidentes de Junta e a mim muito em particular, este orçamento diz-nos muito. Disse-nos muito o do ano passado e este tudo indica que também nos irá tocar muito, sentimos muito e damos muita atenção a este plano e orçamento.

É certo que eu estou com uma mágoa, tal como os meus colegas Presidentes de Junta estarão, o do ano passado foi triste para todos nós. Eu olho para trás e não fui capaz de fazer um metro de alcatrão na minha freguesia, não vejo nada em blocos ou em cimento, mas compreendi que isto talvez não seja por acaso que nesta quadra festiva se realize esta Assembleia. Eu sinceramente percebi que o plano do ano transacto não foi ao meu gosto mas aceitei-o, depois da reunião que tive com a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores, que tínhamos que fazer restrições. A Freguesia de Monte Redondo fez a restrição de limite, chegou aos máximos, assim como se terá passado o mesmo com os meus colegas.

Olhando para aquilo que acabou de ser dito pelo colega que me antecedeu, que estes planos e orçamentos da Câmara serão um espelho do nosso plano e orçamento que nós, Presidentes de Junta, vamos submeter à aprovação? Todos nós sabemos que parte destas obras terão cabimento e se elas tiverem cabimento as verbas terão cabimento se o QREN aprovar.

As obras nas freguesias poderão ser executadas, nalgumas delas, se houver cabimento de verbas do QREN, porque de outro lado também não as vamos receber. Portanto temos que nos preparar. Se fôssemos todos a enumerar, como o colega da Barreira enumerou, os problemas que nos afligem na nossa freguesia não saíamos daqui, eu convido-vos a visitar a minha freguesia, aliás, quem passar por Monte Redondo para ir para a praia do Pedrógão, tem que passar com cuidado frente à escola porque já não são só as crianças que correm risco, são também as pessoas que por ali passam, seja a pé seja de carro, por que sujeitam-se a levar com o muro em cima, está a cair, as janelas da escola têm cinquenta anos, as sanitas têm cinquenta anos, e portanto, se não houver aprovação do QREN claro que não haverá centro educativo.

07-12-20 AM

Eu apoio senhora Presidente, a ideia que teve em debruçar-se e dirigir o seu empenho para a Educação e para o Saneamento, mas não sei se a minha freguesia vai ser contemplada no ano que vem se no ano de 2009 dado que não é uma obra da Junta, certo é que se o saneamento e as estações elevatórias se encontram na freguesia de Monte Redondo e a freguesia de Monte Redondo tem lá implanto um colégio com mil e trezentos alunos, mais o corpo docente e mais funcionários, e se passarem certamente também nessa famosa estrada, vão encontrar o saneamento pela estrada abaixo? Amanhã quando for apresentar o meu plano e orçamento à Assembleia de Freguesia vai passar-se exactamente a mesma coisa. Eu tenho lá intenções, tenho lá verbas inscritas, mas só poderei concretizar se tiver alguma obra financiada ou se as obras forem da Câmara.

Por isso, este plano e orçamento aceito de bom grado e fiquei satisfeita pelo facto de a Câmara se ter debruçado sobre as obras prioritárias, no que me toca a mim, enquanto Presidente de Junta. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada. Não há mais inscrições, vou dar a palavra à senhora Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas se assim o entender.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Com certeza senhor Presidente, muito obrigada.

Antes de responder a algumas das questões que aqui foram colocadas, queria só fazer uma observação à intervenção do senhor deputado António Sequeira. Dizer-lhe, que do ponto de vista técnico, não há nenhuma falha no orçamento. Isto é, todas as regras do POCAL foram cumpridas rigorosamente e isso é absolutamente importante que se diga, porque pode-se depreender da sua intervenção que isso não aconteceu. Aconteceu rigorosamente em tudo quanto é impostos, que é exactamente aquilo que define as regras do POCAL.

Há apenas, e penso eu que era isso que pretendia dizer, uma ou duas rubricas que não têm regras absolutamente rigorosas do ponto de vista de exigências do POCAL, e que são aquelas rubricas que podem abarcar as tais receitas expectáveis numa perspectiva do dito empolamento, que foi no fundo a intervenção que fez. Uma dessas rubricas é a concretização da venda de terrenos e tem previsão da venda real de terrenos com algum peso. A saber:

Temos vários lotes, nove mais dois terrenos da ZICOFA. Nos nove há ainda para receber parte substancial de verbas, porque não foram feitas as escrituras, e há mais dois lotes que ainda nem sequer foram transaccionados e que têm previsão de vir a ser. Há por outro lado ainda, um terreno na Avenida Adelino Amaro da Costa. Um deles já serviu precisamente para estas transacções, uma delas veio hoje à Assembleia, mas há ainda um terreno que tem condições para ser vendido. É da Câmara, foi permutado em tempos e portanto a Câmara tem condições de vir aí a fazer receita.

Por outro lado, isto explicando do ponto de vista técnico, é apenas nessa rubrica, que para além de valores expectáveis nos terrenos tem as verbas previstas numa lógica de financiamento QREN. E tem as verbas previstas numa lógica de uma possível contracção de empréstimo para pagamento a fornecedores (que nós estamos a contar vir a fazer) e que está previsto no Orçamento do Estado para 2008, que irá permitir fazer uma substituição de dívidas. Em vez de dever a fornecedores dever ao banco. Aliás, é uma excepção criada no Orçamento de 2008 para todas as instituições públicas, incluindo autarquias, e que nós podemos vir a utilizar.

O que acontece com as regras do POCAL, é que nem essas verbas previstas do QREN e nem essas verbas previstas eventualmente e com toda a certeza, com a contracção de empréstimo, podem vir ser alocadas a rubricas específicas com esta designação, porque isso só é possível fazer-se depois dos projectos QREN homologados e depois do empréstimo aprovado. Só depois disso é que podem ser retiradas desse bolo comum e virem a ser alocadas a verbas específicas de receitas, consignadas a essa situação específica.

E portanto, nós aqui tínhamos duas hipóteses. A hipótese do orçamento base zero, que era um bocadinho o que o senhor deputado Sequeira dizia, que nos permitia o seguinte: incluir aqui o que devemos e acrescentar uma ou duas obras, e não pôr mais nada, e naturalmente o crescimento não existia face ao orçamento do ano passado, antes pelo contrário, diminuía.

Aliás, deve-se dizer que tivemos um exemplo muito interessante no País, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, que fez o orçamento com grandes parangonas públicas, dizendo que diminuía as despesas e não incluiu um euro de dívidas que vêm de trás. Isto não é correcto do ponto de vista orçamental. Porquê?

A lógica é só incluir quando tiver o dito empréstimo aprovado. Aí é que vai incluir as dívidas. Isto não é correcto, porque as dívidas são assumidas, têm que ser

apresentadas imediatamente no orçamento quando ele é aprovado. Portanto, a opção era esta.

E quais seriam as consequências? É que não pudéssemos fazer candidaturas ao QREN, porque nós só podemos fazer candidaturas ao QREN se tivermos rubrica aberta com a respectiva dotação. É uma das exigências que fazem em termos de candidatura. Temos que apresentar uma folha do orçamento, onde dizemos que para a obra x está lá previsto x, e nessas circunstâncias é a base para vir a ser aprovada a candidatura.

Portanto, há claramente nessas rubricas, que não as tais dos impostos que estão rigorosamente aplicadas em termos de regras do POCAL, e que a nossa escolhida foi a venda de terrenos, um empolamento real que eu já disse que havia, que tem a ver exactamente com o seguinte:

Por possibilidade real de contracção de empréstimos, de acordo com o Orçamento do Estado para 2008, candidaturas QREN, venda de terrenos reais, pagamentos através de cessão de créditos, factoring, só pode ser feito se tivermos a respectiva dotação na conta. Se não, não podemos aceitar as facturas. E nalgumas das situações, a necessidade de ter uma verba determinada, mesmo que não venha a gastar-se nesse próprio ano, para enviar para visto do Tribunal de Contas os respectivos projectos.

Não há dúvida nenhuma que isto acontece e a opção era esta, ou não temos rubricas abertas com as respectivas contas e com dotações orçamentais para podermos fazer candidaturas ao QREN, ou temos que as pôr, empolando do lado da receita, uma determinada rubrica que é controlada e que é perfeitamente conhecedora, uma vez que do ponto de vista técnico há um rigor absoluto no cumprimento das regras e na estimativa das receitas dos impostos, de acordo com o que está previsto no POCAL e que nós estamos a cumprir rigorosamente.

De qualquer das maneiras, o que eu acho é que o orçamento é uma opção estratégica, é uma opção política. E portanto, para mim seria muito estranho que a oposição votasse a favor de qualquer orçamento, porque não é um orçamento da oposição, é um orçamento de quem está no executivo e como tal é o nosso orçamento. Foram estas as regras que quisemos seguir, foram estas as opções feitas, por um lado do ponto de vista estratégico-político e do ponto de vista técnico tendo em conta aquilo que se prevê, que é claramente um ano especial de candidaturas e de aproveitamento de verbas do QREN, conforme eu já disse.

Duas notas a seguir em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta da Barreira, sobre o financiamento às Freguesias.

O senhor deputado Sequeira fez aí algumas comparações com outros Concelhos e eu também faço.

São poucos os Concelhos neste País, que têm uma delegação de competências permanente com as Juntas de Freguesia e que todos os meses, mas rigorosamente todos os meses, contra todos os ventos e marés e às vezes sabe Deus como, pagamos às Freguesias uma verba determinada, que lhes permite fazer muito mais do que fariam se não tivessem esta verba. E portanto, é neste caso que eu também gosto que sejam feitas comparações. São poucos os Concelhos do País, muito poucos: as Freguesias governam-se com o dinheiro que têm.

Eu ainda há muito pouco estive num encontro da ANAFRE, em que ouvi variadíssimos Presidentes de Junta dizer *“tomáramos nós ter um sistema de delegação de competências permanente”*. Não falo dos específicos, é do permanente, aquele que permite que todos os meses tenham lá aquele dinheiro.

Eu aí estou perfeitamente à vontade, porque o discurso da descentralização não é só discurso, é real. Eu sei que pode não ser muito, mas a verdade é que é muito mais do que é em 90% das Freguesias do País, porque além de receberem do Estado recebem permanentemente de nós aquela verba, que ininterruptamente todos os meses lá vos chega. Portanto, sobre financiamentos às Freguesias, não preciso de lições, senhor Presidente. Estou perfeitamente à vontade.

Relativamente às opções da Barreira, nós tivemos a conversa e o senhor nessa mesma conversa disse que era muito importante a estrada principal da Barreira (é assim que eu lhe chamo, não sei o número). Era uma estrada que precisava de uma intervenção profunda, com um projecto estruturante como deve ser, e que está a ser feito pelo GAT. O senhor tem acompanhado e sabe que está em andamento e portanto, logo que o projecto esteja feito, haverá lançamento do concurso. E o senhor pode ter a certeza absoluta que com, estes timings, o senhor chega perto do fim do ano e tem o concurso concluído, porque um concurso público demora claramente nove meses até chegar ao fim. O que nós estamos a pensar é terminar o projecto, provavelmente o projecto acabará em Fevereiro/Março, admito eu, abrir concurso e avançar com a obra quando o concurso estiver finalizado. E eu garanto-lhe que chegamos ao fim do ano e o dinheiro que lá está nem sequer se vai gastar, porque os concursos demoram muito tempo. Essa conversa foi tida e o senhor disse

nessa mesma conversa que para a Barreira, apesar da estrada principal estar mal e precisar de obras, todos nós sabemos, a estrada dos Andreus era claramente mais prioritária. E foi isso que nós fizemos. Foi precisamente pôr uma dotação orçamental mais significativa na estrada dos Andreus, e a estrada da Barreira, com a realidade do que vai acontecer, ficar com menos verba. Sendo certo que é uma obra e aí sim para candidatar ao QREN, mas que do ponto de vista prático não será possível fazê-lo em 2008, porque provavelmente só teremos condições para a adjudicação em 2009, que é quando o processo chegará ao fim em termos de adjudicação. E de acordo com as regras do QREN, nós só podemos fazer a candidatura quando tivermos a adjudicação feita. Por isso, ela é previsível candidatar, é previsível avançar com o concurso em 2008, quando estiver feito o projecto, e imediatamente a seguir avançar com a obra. Mas isto tem efectivamente os seus timings.

Relativamente à intervenção do senhor deputado José Augusto Esteves, só lhe queria dar uma nota, porque acho que há aí algumas confusões.

Quando diz que as nossas prioridades são aquelas e eu continuo a dizer que são aquelas, e que isso não são obras nossas, eu só gostava de lhe dizer que a Simlis e as Águas do Mondego, existem com 51% do capital da Águas de Portugal e o resto dos Municípios. E para além disso, a sua sobrevivência e o seu investimento, é feito graças aos Municípios. Nós pagamos para a Simlis e pagamos para a Águas do Mondego um montante muito significativo mensal, precisamente por nos prestarem um serviço e com esse dinheiro eles fazem os investimentos. Portanto não pode dizer que não são obras que sejam da responsabilidade municipal. Do ponto de vista financeiro têm uma expressão significativa, mas muito significativa nos orçamentos municipais, e portanto são obras importantes. Aqueles sistemas multimunicipais são instrumentos para nós fazermos essas obras, somos nós que os financiamos com um peso muito significativo.

Por outro lado, não deve ter percebido bem quando eu disse que não atingíamos para o ano os 90% do saneamento.

O que eu disse foi que neste momento temos 75%. Com as obras que estão em curso, em termos de saneamento básico, e com mais as obras que estão previstas iniciar a curto prazo atingiremos no final do ano, cerca de 80% ou mais. Sendo certo que o que está previsto, em termos de todas as exigências nacionais, é que no final do QREN se atinja 90%.

Eu estou absolutamente convicta de que é possível, porque se no final deste ano ou princípio do próximo, 2009, conseguirmos chegar aos 80%, naturalmente com toda a facilidade se chega aos 90%. E eu lembrava que em 1998 a cobertura de saneamento básico no Concelho de Leiria era 30%. Houve uma recuperação muito significativa. Falou na realização, mas até parece, que a sua intervenção desconfiava das razões que têm sido apresentadas para a realização com pouca percentagem dos SMAS. Foi efectivamente uma série de azares de três empresas, com investimentos muito significativos no Concelho. Os senhores Presidentes de Junta onde isso aconteceu, sabem do transtorno que isso tem, porque quando uma empresa vai à falência toda a gente sabe que a administração pública não funciona como o sector privado, onde o seu prestador de serviços vai à falência no dia seguinte pode ter lá outro a trabalhar. Não é assim nem nos Serviços Municipalizados, nem na Câmara: quando uma empresa vai à falência tem que decorrer todo o processo administrativo, que demora em muitos casos cerca de um ano até chegar ao fim, para depois podermos entrar em obra de novo. Toda a gente sabe que é assim! É de lamentar, mas é a verdade. E nós, no ano de 2007, vamos ter novamente uma realização mais baixa nos SMAS precisamente por esse motivo, porque não tivemos condições de entrar nas obras onde as empresas tinham ido à falência, e que naturalmente nos constrangeu em termos de seguimento dos objectivos. Sendo certo que não há um único problema de lançamento de obra por parte dos Serviços Municipalizados, devido a falta de dinheiro, antes pelo contrário, porque os Serviços Municipalizados geram receita como é sabido e portanto têm receita suficiente para poder prosseguir com as suas obras.

O nosso financiamento é naturalmente determinado na medida das necessidades que eles têm. Não faz qualquer sentido, num ano em que as obras dos SMAS têm abrandamento por estes motivos que eu acabei de dizer, que a Câmara esteja para lá a injectar dinheiro, para eles terem dinheiro a prazo. Portanto a Câmara tem que funcionar numa lógica de necessidade dos SMAS e vice-versa: se precisam dá-se dinheiro, se não precisam não se dá. É isso que tem acontecido e não se pode de maneira nenhuma dizer que há aqui um desprezo em termos de financiamento aos Serviços Municipalizados, porque isso não é de toda realidade.

Ainda em relação à sua intervenção sobre verbas para a periferia urbana.

É evidente que se prevê que o QREN venha a dar algumas prioridades à questão das periferias urbanas.

Nós temos vários projectos feitos e com condições de serem candidatáveis nessa componente, que é sem dúvida nenhuma uma componente importante. Agora o que não se prevê, conforme eu lhe disse há pouco quando me fez aquelas perguntas sobre o financiamento do QREN, é que antes de meados do ano em relação a estas medidas haja possibilidade de candidatura. Ao contrário daquilo que eu disse em relação à Educação, cujas candidaturas/concursos estão abertos, e em relação ao Ambiente/Saneamento cujas candidaturas serão abertas em Março, na requalificação urbana não há ainda trabalho de casa feito por parte dos gestores do QREN e do Governo neste caso concreto, para nós termos condições de candidatura.

Portanto, aí não fazia sentido termos verbas significativas previstas, quando a realidade é que este ano não vai haver possibilidade de candidaturas. Ficaram nalguns casos rubricas abertas com verbas com pouco significado porque pode efectivamente acelerar, não é perspectiva, mas ficaram abertas porque demonstra realmente o interesse em se avançar com alguma requalificação nas tais periferias urbanas, que segundo parece e dizem, será prioridade.

Por último, que não tem directamente a ver com o orçamento mas também tem.

Há algumas explicações em relação à questão do Centro Histórico que interessa referir.

A intervenção da Parque Expo na definição do plano estratégico não é trabalhar do zero. Foi agarrar o que está feito no Plano de Pormenor e sistematizar a forma de intervenção, naquilo que muitas vezes o senhor deputado José Augusto Esteves dizia, e com razão, que era importante dividir toda a zona por áreas de prioridade e prever formas de financiamento, para neste caso concreto também se poderem fazer candidaturas ou então encontrar outras formas de gestão, não sendo de pôr de lado completamente a ideia de uma sociedade de reabilitação urbana.

O Plano de Pormenor tem uma definição de ordenamento do território, ou seja, aquilo que se pode fazer em termos físicos, o que é que se pode construir, que como sabe é essa a lógica do plano de pormenor.

O que nós quisemos fazer com esta intervenção, e resta dizer que a Parque Expo está a fazer isto sem qualquer tipo de custo, está a fazer isto naturalmente numa conquista de mercado futuro se tivermos interesse nisso, e dentro dessa lógica, está a pegar no Plano de Pormenor que está feito e que está praticamente terminado. Ainda não veio a esta Assembleia, porque os planos de pormenor têm todas as ladainhas que nós conhecemos. É preciso mais um documento, saiu nova legislação

que vem sempre exigir mais coisas, planos de ruído, etc., mas está do ponto de vista de lógica de intervenção nos edifícios perfeitamente consolidado. E a Parque Expo vem complementar esse estudo, que depois irá permitir não só à Câmara mas à própria Assembleia tomar decisões, em termos de prioridades de intervenção ou então encontrar soluções que podem passar ou não pela criação de uma sociedade de reabilitação urbana, tendo em conta que não faz sentido, ao contrário do que aconteceu noutras cidades do País, em que foram criadas sociedades de reabilitação urbana sem terem qualquer tipo de estudo prévio. Criaram-se e depois logo se vê. Não é essa a nossa intenção. É tentar perceber como é que isto tudo pode funcionar, definir prioridades de intervenção, formas de financiamento, para se chegar à conclusão se faz ou não faz sentido existir esse tipo de sociedade ou outra forma qualquer.

Portanto, não há um plano novo, é aproveitar o plano existente. O Plano de Pormenor é um plano de pormenor que tem sido extraordinário, para permitir as várias e diversas intervenções no Centro Histórico. É de acordo com o que está definido no Plano de Pormenor, está na fase final de afinação para poder vir à Assembleia para ser aprovado, e a Parque Expo está apenas a fazer um trabalho complementar, que nos irá dar instrumentos para poder gerir o Plano de Pormenor do ponto de vista financeiro e do ponto de vista de obras concretas, sobretudo para aquelas situações mais problemáticas, de pessoas que não têm condições financeiras para fazer as intervenções.

Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Não há mais intervenções vamos então pôr à votação as Opções do Plano e o Orçamento para 2008/2011 do Município de Leiria.

Quem vota contra?

Quem vota a favor?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, delibera, por maioria, com trinta e dois votos a favor, dezasseis votos contra e sete

abstencões, aprovar as Opções do Plano para 2008/2011 e a proposta de Orçamento para 2008, do Município de Leiria.

5. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2008 E OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA 2008/2011 – Apreciação e votação;

Alguém deseja discutir este ponto?

Faça favor senhor deputado, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

José Cunha, Presidente da Junta da Barreira.

Senhor Presidente, antes de falar sobre este assunto, queria dar só uma palavrinha à senhora Presidente.

Longe de mim dar-lhe qualquer tipo de lição. Tanto mais , há cerca de dois anos, quando me dispus a esta aventura, disseram-me que para ser político era preciso ter peito. Portanto, veja que no confronto consigo saio claramente a perder.

Mas quero já agora aproveitar para informar, que o projecto da Estrada 543 já deu entrada na Câmara, e portanto só peço agora é a maior brevidade, para aprovação do mesmo.

Senhor Presidente, desta vez serei breve, muito breve. Não porque o assunto seja de menor importância para a Barreira, mas porque já o apresentei aqui há um ano atrás e presumo que o terei que fazer nos próximos dois anos.

As opções do plano da Câmara informam-nos dos avanços assinaláveis para a conclusão do saneamento básico. No entanto, o orçamento dos Serviços Municipalizados não prevê para os próximos quatro anos a execução do saneamento nos lugares de Horta, Palheirinhos e Casal Pinheiro, assim como também não prevê a conclusão do saneamento, que já existe em parte, no lugar dos Andreus, Sobral, Comeira e Marvila.

Os cidadãos destes lugares que não podem beneficiar da utilização do saneamento básico, estão justamente a ser tratados com dualidade de critérios em relação aos seus vizinhos, espero que apenas por motivos meramente economicistas. Peço e espero que num futuro orçamento, esta verba tenha cabimento.

Testemunho nesta Assembleia o descontentamento e o inconformismo das populações afectadas, apresentando o meu protesto e o voto contra este orçamento.
Boa noite!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não há mais pedidos de intervenção, vamos pôr à votação este orçamento e plano para 2008/2011 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria .

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, delibera, por maioria, com três votos contra e dezoito abstenções, aprovar as Opções do Plano para 2008/2011 e a proposta de Orçamento para 2008 dos Serviços Municipalizados de Leiria.

17. LISTA DE CANDIDATOS AO CARGO DE JUIZ SOCIAL, PARA INTERVIR EM CAUSAS DA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE MENORES, NA COMARCA DE LEIRIA – APRECIÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

Senhores deputados, vamos proceder à votação secreta neste ponto, irão ser distribuídos os respectivos boletins. Como só há uma lista, ou votamos sim ou votamos não, ou naturalmente votam em branco.

Vamos fazer a chamada nominal de todos os deputados.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O resultado da votação é o seguinte:

Votos a favor – trinta e cinco

Votos contra –dois

Abstenções - onze

Votos nulos - quatro

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea r) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera, por votação nominal e escrutínio secreto, aprovar por maioria, as

Listas de candidatos ao cargo de Juiz Social, nos termos constantes da proposta.

Terminado o período da ordem do dia, resta-me desejar mais uma vez um Feliz Natal e um próspero ano de 2008. Agradeço a vossa presença e até à próxima sessão em Fevereiro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.40 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

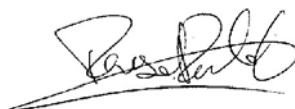
De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 28 de Fevereiro de 2008, delibera por maioria aprovar a acta.-----

O Presidente da Assembleia



Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista



Teresa Paula Pinto